

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO V – nº 38 – setembro e outubro de 2012

ESPECIAL FERNANDO LUGO

Ex-bispo, derrubado depois de processo de 36 horas no confuso tabuleiro político do Paraguai, pode até se candidatar novamente à Presidência em 2013. Contra ele, o latifúndio, a mídia e “a mão invisível do mercado”

NESTA EDIÇÃO

A tabela do PL 4363/2012 que vai tramitar no Congresso com o reajuste de 33% para a categoria judiciária federal

Secretária de Formação do Sisejufe e
Coletivo de Formação Apolônio de Carvalho convidam para o curso

LEITURA COLETIVA DO MANIFESTO COMUNISTA

REFLEXOS NO MUNDO DE HOJE

O curso será todas as segundas-feiras, às 19h
na sede do Sisejufe, Presidente Vargas, 509 – 11º andar – Centro/RJ

Para o curso será paga uma taxa única de R\$ 30 para trabalhadores filiados a sindicatos da Central Única dos Trabalhadores e de R\$ 50 para os demais trabalhadores e/ou estudantes.

O curso será ministrado por Ernesto Germano Parés (assessor político do Sintergia e formador sindical CUTista) e Roberto Ponciano (mestre em Filosofia e dirigente sindical).

Inscrições pelo e-mail: formacao@sisejufe.org.br

Informações: roberto@sisejufe.org.br ou no telefone (21) 9189-9746

PROGRAMAÇÃO

22 de outubro – Aula Inaugural

O conteúdo histórico das lutas operárias que antecederam o Manifesto, o significado político das Revoluções de 1830-1848

Ernesto Germano Parés

29 de outubro

A Associação Internacional dos Trabalhadores e as influências operárias na estrutura do Manifesto; o desgaste da Internacional (Proudhon e Bakunin)

Ernesto Germano Parés

5 de novembro – Parte I

Burgueses e Proletariado

Roberto Ponciano

12 de novembro – Parte II

Proletários e Comunistas

Roberto Ponciano

20 de novembro (excepcionalmente na terça-feira) – Parte III

Literatura Socialista e Comunista

Roberto Ponciano

26 de novembro

Posição dos comunistas para com os diversos partidos oposicionistas

Ernesto Germano Parés

3 de dezembro

Classe social, conteúdo de classe, consciência de classe, classe adjudicada

Roberto Ponciano

10 de dezembro

O Manifesto Comunista e as possibilidades comunistas hoje

Ernesto Germano Parés

17 de dezembro

É o capitalismo eterno?

O mito do fim da História

Roberto Ponciano

SISEJUFÉ
Instituto dos Servidores dos Juizados Federais no Estado do Rio de Janeiro



Mudança na Tabela

Confira as respostas para as dúvidas frequentes sobre a tabela do PL 4.363/2012 – que vai tramitar no Congresso e significa o aumento de 33% para a categoria em três parcelas, depois do acordo entre Judiciário e Executivo para a inclusão da verba na Lei Orçamentária de 2013.

Página 4

Comissão da Verdade no Rio

Ideias esteve nas audiências públicas da Comissão da Verdade na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro.

Página 5

Sisejufe em Movimento

Diretor do Sisejufe se reúne com o DG do STF para tratar de tramitação do aumento do Judiciário. Sindicato ajusta ação para pagamento retroativo de auxílio-alimentação. Em outubro, o Departamento de Saúde vai realizar debate sobre o Siass e dar continuidade à Pesquisa de Saúde e Condições de Trabalho. Departamento de Aposentados e Pensionistas promove curso gratuito de Informática e Tecnologia para a Terceira Idade.

Páginas 6 e 7

Subsídio: o enterro de uma farsa

Há mais de um ano que o Sisejufe denuncia que as ações de parte dos defensores do regime remuneratório do subsídio só interessava ao Ministério do Planejamento – que queria dividir a categoria e enfraquecer a luta pelo PCS4. Neste artigo de opinião do diretor sindical Roberto Ponciano, ele afirma que as lideranças nacionais pró-subsídio não fizeram “nenhuma autocrítica, nenhuma reflexão” e estão em “silêncio absoluto” diante da conjuntura.

Páginas 8 e 9

Oficiais de Justiça

Saúde do trabalhador foi destaque nos debates do 5º Conojaf, em Brasília.

Página 10

Oficina Literária

“Miná gostava de Basto Limeira pela destreza na cama, juventude e veia poética. De Calisto Capivara, pelos carros de bois e a conta no Banco do Brasil, agência Arapiraca, onde viviam.” “De chifres e redondilhas” é novo miniconto de Marlene Lima.

Página 11

Memória

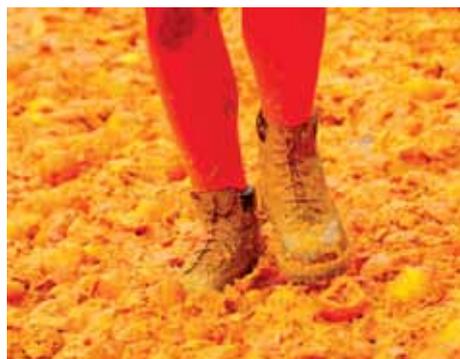
O ex-senador e ex-prefeito do Rio de Janeiro Saturnino Braga palestrou no Sisejufe na noite em homenagem ao centenário de Apolônio de Carvalho, o Herói de Três Pátrias.

Páginas 12 e 13

Aposentados

Jornada de Qualidade de Vida movimentou o sindicato com atividades de saúde e palestras dirigidas ao público de mais de 60 anos.

Páginas 14 e 15

**Deficientes**

Diretores sindicais do Departamento de Pessoas com Deficiência do Sisejufe participaram de seminário no Tribunal de Contas da União sobre políticas públicas de acessibilidade

Páginas 16 e 17

Internacional

O Mercosul e o xadrez geopolítico na América do Sul. O diplomata Sérgio Pinheiro Guimarães afirma que o processo para a incorporação da Venezuela no mercado comum surpreendeu e abre novas perspectivas para região. Por isso, é bombardeado pela mídia.

Páginas 18 e 19

Reportagem Especial

Os jornalistas Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, de São Paulo, mostram que a mídia hegemônica, as transnacionais e os partidos de direita refinaram, no Paraguai, o novo modelo de “golpe constitucional”. O presidente deposto, Fernando Lugo, falou com exclusividade à Ideias em Revista.

Páginas 20 a 25

Agentes

O diretor-presidente do Sisejufe Valter Nogueira Alves defende, em detalhado artigo, mudanças para melhorar a Lei 12.694 (PL 2057/2007), recentemente sancionada, que autoriza o porte de arma para servidores da área de segurança judiciária.

Páginas 26 a 29

Meio Ambiente

A repórter Tatiana Lima narra a história do pescador Alexandre Anderson de Souza, presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar (Ahomar) e das dificuldades vividas por esse segmento profissional na Baía de Guanabara desde que o Rio de Janeiro passou a ser alvo de diversos investimentos da indústria petroquímica – nos chamados negócios offshore. Em 25 de junho, dois pescadores foram encontrados mortos, três dias após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Ambos faziam parte da Ahomar – em luta contra a construção de gasodutos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Páginas 30 a 36

Humor

Imagine Hitler saindo do inferno para pedir moderação aos raivosos da direita que atacam via internet. Pois aconteceu, Fulgêncio garante.

Página 37

Latuff

Para o Islã, não se pode representar o profeta Maomé de nenhuma maneira. Quem o faz, insulta e agride a religião – este é um fato que independe de questões sobre livre expressão. O cartunista Carlos Latuff mostra o que vê sob a ponta desse iceberg.

Página 38

Mudança da tabela: confira as respostas para as dúvidas frequentes dos servidores

Em razão das dúvidas expostas pelos servidores sobre as alterações da tabela salarial que fazem parte da contraproposta do Supremo Tribunal Federal (STF), com aumento do percentual da GAJ e da diminuição dos padrões, o Sindjus-DF formulou algumas respostas para as preocupações mais frequentes até o momento. Confira.

1) Haverá retrocesso na carreira?

Não, ao contrário! Como na tabela do TCU, a nossa terá 13 padrões, ou seja, o servidor que entrar depois da aprovação do novo plano levará 12 anos e não mais 14 anos para chegar ao fim da carreira. Isso é um avanço.

2) Mas quem estava no padrão 15 não volta para o treze? Isso não é retrocesso?

Não, pois não haverá mais os padrões 14 e 15. Portanto, quem estiver no final de carreira, estará no 13º padrão.

3) Haverá redução de vencimentos ou remuneração na nova tabela? Não. Todos os servidores manterão o mesmo valor de vencimento básico e terão a GAJ de 100% ao final da implantação do novo plano.

4) Os servidores que terão reenquadramento em classe anterior terão de fazer novos cursos para terem a promoção? Por exemplo, do B6 para o novo A4?

Não haverá necessidade de apresentação de novos cursos para a promoção. Isso será garantido na regulamentação da lei proposta pelo STF, após a sua aprovação pelo Congresso e a sanção presidencial.

5) Com o reenquadramento o servidor mais novo não poderá ficar em padrão superior ao do servidor mais antigo? Não. Conforme a jurisprudência do Conselho da Justiça Federal, está garantido por isonomia o reenquadramento de um padrão aos servidores prejudicados nos raros casos em que os servidores que estão no padrão A3 e A2 são reenquadrados no novo padrão A1, tendo a data de progressão posterior ao servidor que está no atual padrão A1.

Fonte: Sindjus-DF

CARGO	SITUAÇÃO PROPOSTA									
	2012	2013	2014	2015						
CLAS./PAD.	VENC.	GAJ	REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO DIF-2012/2013	GAJ	REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO DIF-2012/2014	GAJ	REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO DIF-2012/2015
AUXILIAR JUDICIÁRIO										
A-13	6.957,41	3.478,71	10.436,12	5.044,12	12.001,53	6.000,77	12.958,18	6.957,41	13.914,82	33,33%
A-12	6.754,77	3.377,39	10.132,16	4.897,21	11.651,98	5.825,99	12.580,76	6.754,77	13.509,54	33,33%
A-11	6.558,03	3.279,02	9.837,05	4.754,57	11.312,60	5.656,30	12.214,33	6.558,03	13.116,06	33,33%
A-10	6.367,02	3.183,51	9.550,53	4.616,09	10.983,11	5.491,55	11.858,57	6.367,02	12.734,04	33,33%
A-9	6.181,57	3.090,79	9.272,36	4.481,64	10.663,21	5.331,60	11.513,17	6.181,57	12.363,14	33,33%
A-8	5.848,22	2.924,11	8.772,33	4.239,96	10.088,18	5.044,09	10.892,31	5.848,22	11.696,44	33,33%
A-7	5.677,88	2.838,94	8.516,82	4.116,46	9.794,34	4.897,17	10.575,05	5.677,88	11.355,76	33,33%
A-6	5.512,51	2.756,26	8.268,77	3.996,57	9.509,08	4.754,54	10.267,05	5.512,51	11.025,02	33,33%
A-5	5.351,95	2.675,98	8.027,93	3.890,16	9.232,11	4.616,06	9.968,01	5.351,95	10.703,90	33,33%
A-4	5.196,07	2.598,04	7.794,11	3.767,15	8.963,22	4.481,61	9.677,68	5.196,07	10.392,14	33,33%
A-3	4.915,86	2.457,93	7.373,79	3.564,00	8.479,86	4.239,93	9.155,79	4.915,86	9.831,72	33,33%
A-2	4.772,68	2.386,34	7.159,02	3.460,19	8.232,87	4.116,44	8.859,12	4.772,68	9.545,36	33,33%
A-1	4.633,67	2.316,84	6.950,51	3.359,41	7.993,08	3.996,54	8.630,21	4.633,67	9.267,34	33,33%
TÉCNICO JUDICIÁRIO										
A-13	4.240,47	2.120,24	6.360,71	3.074,34	7.314,81	3.657,41	7.897,88	4.240,47	8.480,94	33,33%
A-12	4.116,96	2.058,48	6.175,44	2.984,80	7.101,76	3.550,88	7.667,84	4.116,96	8.233,92	33,33%
A-11	3.997,05	1.998,53	5.995,58	2.897,86	6.894,91	3.447,46	7.444,51	3.997,05	7.994,10	33,33%
A-10	3.880,63	1.940,32	5.820,95	2.813,46	6.694,09	3.347,04	7.227,67	3.880,63	7.761,26	33,33%
A-9	3.767,60	1.883,80	5.651,40	2.731,51	6.499,11	3.249,56	7.017,16	3.767,60	7.535,20	33,33%
A-8	3.564,43	1.782,22	5.346,65	2.584,21	6.148,64	3.074,32	6.638,75	3.564,43	7.128,86	33,33%
A-7	3.460,61	1.730,31	5.190,92	2.508,94	5.969,59	2.984,78	6.445,39	3.460,61	6.921,22	33,33%
A-6	3.359,82	1.679,91	5.039,73	2.435,87	5.795,69	2.897,84	6.257,66	3.359,82	6.719,64	33,33%
A-5	3.261,96	1.630,98	4.892,94	2.364,92	5.626,88	2.813,44	6.075,40	3.261,96	6.523,92	33,33%
A-4	3.166,95	1.583,48	4.750,43	2.296,04	5.462,99	2.731,49	5.898,44	3.166,95	6.333,90	33,33%
A-3	2.996,17	1.498,09	4.494,26	2.172,22	5.168,39	2.584,20	5.580,37	2.996,17	5.992,34	33,33%
A-2	2.908,90	1.454,45	4.363,35	2.108,95	5.017,85	2.508,95	5.417,83	2.908,90	5.811,80	33,33%
A-1	2.824,17	1.412,09	4.236,26	2.047,52	4.871,69	2.435,85	5.260,02	2.824,17	5.648,34	33,33%
JUDICIÁRIO										
A-13	2.511,37	1.255,69	3.767,06	1.820,74	4.332,11	2.166,06	4.677,43	2.511,37	5.022,74	33,33%
A-12	2.403,23	1.201,62	3.604,85	1.744,34	4.145,57	2.072,79	4.476,02	2.403,23	4.806,46	33,33%
A-11	2.299,74	1.149,87	3.449,61	1.667,31	3.967,05	1.983,53	4.283,27	2.299,74	4.599,48	33,33%
A-10	2.200,71	1.100,36	3.301,07	1.595,51	3.796,22	1.898,11	4.098,82	2.200,71	4.401,42	33,33%
A-9	2.105,94	1.052,97	3.158,91	1.526,81	3.632,75	1.816,37	3.922,31	2.105,94	4.211,88	33,33%
A-8	1.992,37	996,19	2.988,56	1.444,47	3.436,84	1.718,42	3.710,79	1.992,37	3.984,74	33,33%
A-7	1.906,58	953,29	2.859,87	1.382,27	3.288,85	1.644,43	3.551,01	1.906,58	3.813,16	33,33%
A-6	1.824,48	912,24	2.736,72	1.322,75	3.147,23	1.573,61	3.396,09	1.824,48	3.648,96	33,33%
A-5	1.745,91	872,96	2.618,87	1.265,78	3.011,69	1.505,85	3.251,76	1.745,91	3.491,82	33,33%
A-4	1.670,73	835,37	2.506,10	1.211,28	2.882,01	1.441,00	3.111,73	1.670,73	3.341,46	33,33%
A-3	1.580,63	790,32	2.370,95	1.145,96	2.726,59	1.363,29	2.943,92	1.580,63	3.161,26	33,33%
A-2	1.512,57	756,29	2.268,86	1.096,61	2.609,18	1.304,59	2.817,16	1.512,57	3.025,14	33,33%
A-1	1.447,43	723,72	2.171,15	1.049,39	2.496,82	1.248,41	2.695,84	1.447,43	2.894,86	33,33%

*Devido ao reenquadramento de referências na nova tabela, os servidores que estejam posicionados a partir de A3 deverão subtrair 2 níveis para encontrar o valor referente ao seu reajuste.

Por exemplo: A15 na tabela antiga passa a ser A13 na atual; ou C11 na tabela antiga passa a ser B9 na atual.

Comissão da Verdade fez audiências no Rio

Henri Figueiredo*

Nos dias 13 e 14 de agosto, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ligada à Casa Civil da Presidência da República, promoveu suas primeiras audiências públicas no Rio de Janeiro, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ). Na manhã do primeiro dia, a abertura dos trabalhos foi protocolar, com a apresentação da estrutura e planejamento da CNV da qual participaram os membros da comissão Gilson Dipp, Claudio Fonteles, Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Rita Kehl, Rosa Cardoso, José Paulo Cavalcanti e o presidente da OAB-RJ Wadih Damous.

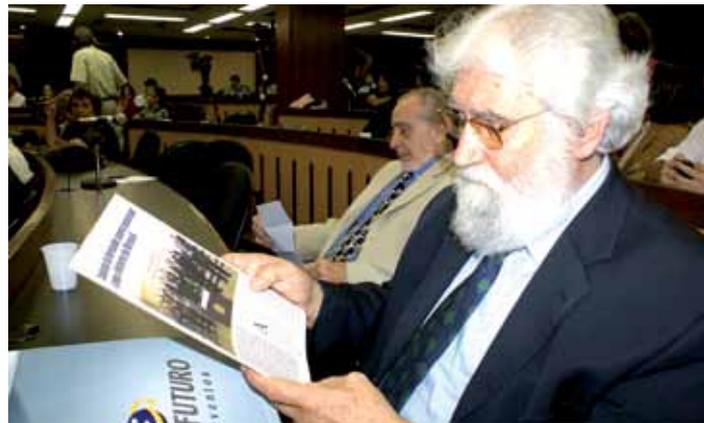
Em seguida, os membros da comissão responderam aos questionamentos de familiares de mortos e desaparecidos políticos, ex-presos políticos, pesquisadores e estudantes. O diplomata Paulo Sérgio Pinheiro rebateu as críticas à CNV e destacou a urgência dos trabalhos, já que o prazo vai até 2014.

A participação da Igreja Católica e da imprensa comercial, assim como de políticos e empresários, na derrubada do governo em 1964 foi o foco dos historiadores Carlos Fico e Maria Celina d'Araújo, que dividiram a mesa intitulada "Antecedentes, contexto e razões do golpe militar", no início da tarde de 13 de agosto.

Durante todo o dia, ex-presos políticos, exilados e torturados pelo regime ditatorial no Brasil circulavam pelo local dos debates. Nos momentos em que o microfone



Fotos: Henri Figueiredo



No alto, Rosa Cardoso ouve depoimento. No centro, Leonardo Boff lê Ideias. Acima, o presidente da OAB-RJ Wadih Damous e a psicanalista Maria Rita Kehl, da CNV

era aberto, para breves depoimentos, o tempo quase sempre era curto dada a quantidade de informação represada.

O teólogo Leonardo Boff e o jornalista Chico Otávio participaram da última mesa do primeiro dia. "Não dá para falar só de verdade sem falar

de justiça", pontuou Leonardo Boff. Para ele, é urgente que a sociedade se informe sobre o que acontece hoje nas escolas militares pelo país porque, ao que parece, ainda subsiste a cultura de desprezo pelas abordagens humanitárias na caserna. Boff cotejou os

dois grandes modelos conhecidos de Comissão da Verdade no mundo: o da Argentina (de caráter punitivo) e o da África do Sul (de caráter reconciliatório) – este inspirado pelo Ubuntu, um conceito ético tradicional africano de "humanidade para com os outros", que põe o perdão em primeiro plano. "Mas só podemos perdoar a quem pudermos punir", lembrou Leonardo Boff.

Casas da Morte

Os centros de tortura dissimulados em imóveis residenciais pelos militares, para aparentar normalidade, podem ter sido mais comuns do que se pensa. A CNV apura informações de que existiram várias casas da morte no Rio entre 1964 e 1985. Até então, só se sabia da existência da casa da morte de Petrópolis, na Região Serrana. De acordo com a advogada Rosa Cardoso, integrante da comissão, houve uma casa da morte no Jardim Botânico. "Ouvimos falar de outras, mas as informações ainda estão sendo detalhadas", disse Rosa. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro, o Rio de Janeiro foi o estado com maior número de "casas da morte".

A CNV pediu que o governo do Rio de Janeiro tombe prédios e crie memoriais em locais usados pelo regime militar como centros de tortura, a exemplo do Museu da Resistência, criado em São Paulo na antiga sede do Dops (Departamento de Ordem e Política Social), em 2009. A reivindicação da criação dos centros culturais e dos tombamentos é do Coletivo Memória Verdade e Justiça, formado por cerca de 20 organizações, dentre as quais a OAB-RJ.

*Editor.



IDEIAS **SISEJUFE**

Filiado à Fenajufe e à CUT

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – Tatiana Lima (MTb32631/RJ) **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff

CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda

IMPRESSÃO: – Gráfica e Editora (8,1 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Diretor do Sisejufe se reúne com diretor-geral do STF para tratar de tramitação do aumento do Judiciário

Em conversa na manhã do 18 de setembro, o dirigente sindical Roberto Ponciano foi informado pelo diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Amarildo Vieira de Oliveira, que o reajuste remuneratório do Judiciário está acordado com o Poder Executivo e que a tramitação do projeto é questão de detalhamento. Amarildo explicou que existe um erro de fato no artigo sobre a opção de 65%, que será corrigido, e que também há pequenas divergências de valores entre o MPOG e o Judiciário. De acordo com ele, contudo, haverá uma reunião com os técnicos do MPOG para fechar os detalhes e posteriormente o projeto será enviado, inclusive com o aval do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo Amarildo, a pequena divergência dos valores que estão sendo negociados não compromete o acordo feito entre o Executivo e o Judiciário.

O diretor-geral do STF afirmou que, resolvidos os pequenos impasses, o projeto tramitará normalmente. É possível



Foto: Henri Figueiredo

DG do STF: Amarildo Vieira recebeu o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano

até, se houver possibilidade, que o PL nem vá a Plenário e seja aprovado de forma terminativa – quando só passa pelas Comissões.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano aproveitou para pautar o Adicional de Qualificação (AQ), mas Amarildo Vieira disse que era cedo para se falar

nisto, que primeiro há que se resolver a tramitação do projeto, conseguindo sua aprovação e sanção. Só depois, de acordo com o diretor-geral do STF, pode-se pensar em alternativas para se chegar mais próximo do reajuste desejado – o que deverá acontecer na gestão do ministro Joaquim Barbosa na Presidência do Supremo.

Segundo Amarildo, o STF está empenhado em resolver as divergências e fazer o projeto tramitar no Congresso ainda na gestão do ministro Ayres Brito, não deixando assim uma pendência para o próximo Presidente do STF. Amarildo também se comprometeu a chamar o Sisejufe e outros sindicatos para uma reunião quando estiverem encerradas as tratativas do PL 4363/2012, para avaliação do cenário e das estratégias para os futuros reajustes.

O Sisejufe está acompanhando a tramitação do PL 4363, para ajudar a agilizar na tramitação garantindo assim que a primeira parcela do aumento se dê ainda em janeiro.

Esclarecimento sobre o PL 4.363/2012

A direção do Sisejufe recebeu questionamentos sobre a redação do Projeto de Lei 4.363/2012 apresentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à Câmara dos Deputados no final de agosto, no que se refere à remuneração dos cargos em comissão. Ao alterar o art. 18, § 2º, da Lei 11.416, de 2006, o projeto de lei fez menção ao seu Anexo VII (que tratava das tabelas aplicáveis até dezembro de 2008 para os servidores optantes pelo cargo efetivo), quando deveria ter se reportado ao seu Anexo III (que fixa

os valores da retribuição pelo exercício de cargo em comissão – CJ, a partir de dezembro de 2008).

A diretoria do sindicato esclarece que se trata de erro material que deve ser corrigido durante a tramitação do PL no Congresso, pois as justificativas que o acompanharam não trataram de nenhuma redução dos valores atualmente pagos aos ocupantes de cargo em comissão optantes pela remuneração do cargo efetivo.

Agentes de Segurança se reúnem no sindicato

Na noite de 19 de setembro, na sede do Sisejufe, o Núcleo de Agentes de Segurança (NAS) do sindicato promoveu reunião pautada da reunião foi composta de 1) Informes Gerais; 2) Informes do 7º

Seminário da Agepoljus; 3) Proposta de Encontro Regional Sudeste dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal; e 4) 2º Encontro Estadual de Segurança Judiciária.

Pagamento retroativo do auxílio-alimentação

A direção do Sisejufe ajuizou ação coletiva em favor de servidores filiados para recebimento da diferença do auxílio-alimentação, considerando os maiores valores pagos pelos órgãos do Poder Judiciário da União. Só recentemente o valor deste benefício foi uniformizado, mediante ato do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunais Superiores, Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) (Portaria Conjunta 5, de dezembro de 2011).

Antes disso, os órgãos da Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar pagavam valores diferentes para este benefício, geralmente menores do que aqueles praticados pelos Tribunais Superiores. É esta diferença histórica, que trouxe prejuízos a vários servidores que recebiam o valor menor, que a entidade visa combater com o ajuizamento da ação.

Embora só recentemente a administração do Poder Judiciário tenha admitido a necessidade de uniformizar o valor em R\$ 710, com fundamento no princípio da isonomia garantido pela Constituição e na própria Lei de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União (Lei 11.416, de 2006), a ação pretende o pagamento da diferença entre os valores até então repassados e os maiores valores percebidos pelos servidores da carreira. A ação cuida, portanto, das diferenças de valores que ocorriam antes da uniformização do benefício.

A ação coletiva 0044243-29.2012.4.01.3400 ainda não foi distribuída e, portanto, não tem ainda vara federal.

***Da Redação com informação dos Departamentos Jurídico e de Saúde; Núcleo de Agentes de Segurança; e Assessoria Política.**

Em outubro, o Sisejufe vai realizar debate sobre o Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass)

Foto: Henri Figueiredo

O Departamento de Saúde do Sisejufe se reuniu na noite de 11 de setembro para avaliar a aplicação da Pesquisa de Saúde e Condições de Trabalho dos servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro, tanto na capital quanto no interior, e chegou à conclusão de que o impacto do levantamento tem sido “extremamente positivo”. A aplicação da pesquisa está acontecendo em todas as três justiças federais e a conversa com os servidores, durante a entrega do questionário, tem revelado os limites e as dificuldades da política de prevenção de doenças laborais. O sindicato também tem colhido muitas informações sobre o funcionamento da perícia médica realizada pelos tribunais. Estas e outras questões relacionadas às condições de trabalho e infraestrutura têm sido pautadas na passagem das equipes do Sisejufe no processo de entrega dos formulários e estão sendo sistematizadas para construção de pauta a ser discutida com as administrações dos tribunais, bem como apresentadas



Departamento de Saúde: Ponciano, Soraia Garcia, Adriana Tangerino, Helena Cruz, Neli da Costa Rosa, Anderson Paixão e Vera Miranda

na reunião do Grupo de Trabalho da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Fenajufe), que ocorrerá em 25 de setembro.

O Sisejufe será representado no GT da Fenajufe pela sua coordenadora do

Departamento de Saúde, Helena Cruz, e pela servidora Soraia Garcia Marca (TRF/Dimed). A pesquisa continua em processo de aplicação mas o Sisejufe começou também a recolher os questionários já respondidos. Em outubro, o sindicato vai

realizar debate sobre o Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass), que tem sido discutido como um norteador das políticas de prevenção e perícia para os órgãos do Executivo e também para alguns tribunais regionais.

CURSO DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA EM GERAL PARA A TERCEIRA IDADE

INTEIRAMENTE GRATUITO

Operações básicas com o computador (Windows), digitação de textos, planilhas para controle de finanças, organização de livros, CDs e DVDs Excel, Power Point – criação de slides e apresentações pesquisas na internet, e-mails e SMS, skype – comunicação por voz gravações personalizadas em CDs e DVDs, conhecer mais sobre computador, multifuncional, notebook, netbook, tablet, ipad, ipod, celular, iphone, TV (Led e 3D), VOIP, roteador, jogos, câmeras, filmadoras, bluetooth, MP3



As turmas serão divididas em BÁSICA e AVANÇADA e as aulas terão a duração de 1 hora, com o máximo de 3 alunos por hora.

O SISEJUF se equipou para proporcionar o melhor rendimento do curso.

Inscrições com Eane pelo telefone 2215.2443



O enterro de uma farsa

Nada como o tempo para transformar certezas infalíveis em decepções medonhas e propostas mirabolantes em contos do vigário.

Roberto Ponciano*

Vendida como a grande solução para a categoria em 2010, o subsídio chega a total berlinda em 2012. Primeiro, a greve da Polícia Federal. Os agentes venderam sua primogenitura por um guisado de ervilhas, o subsídio iria igualar salários de agentes e delegados e, como eram maioria, forçaram dentro do movimento da PF para que a categoria adotasse o subsídio. Resultado: ambos perderam.

Os delegados, principalmente os antigos, sofreram congelamento em cima dos valores incorporados. Os servidores, os novos, tiveram a carreira engessada, não receberam o subsídio de delegado, perderam as horas extras, os adicionais de qualificação, a periculosidade, o

adicional noturno, a insalubridade; ganharam a estrutura piramidal que evita que os servidores novos cheguem ao fim da carreira e descobriram que a cada ano será mais difícil conseguir o aumento, já que o subsídio não permite nenhuma forma de manobra para diminuir impactos orçamentários. É alegria no primeiro momento, tristeza total depois.

Corta. Voltamos para o Judiciário e Ministério Público da União (MPU). 2010. O Sindicato Nacional dos Servidores do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (Sinasempu) faz uma “assembleia virtual” e opta pelo subsídio. Parte da categoria do Judiciário, principalmente servidores do TRE, caem

no conto do vigário do subsídio. A história da carochinha é que o subsídio trará o aumento mais rápido e de uma única vez, já que congelará o salário dos servidores mais antigos chamados de “marajás”. É o ápice do neoliberalismo no movimento sindical. Nomes reacionários como Anata (a nata?!) e Trombetas de Jericó, com propostas ainda mais reacionárias surgem. Chega-se a sugerir que se separe o aumento do MPU do aumento do Judiciário. A promessa farisaica é que, sendo por via do subsídio, o aumento sairá logo.

Os sindicatos denunciam de que se trata de uma farsa induzida pelo governo federal para engambelar a categoria e que o projeto gestado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) é de 0% de aumento. E que, com a divisão da categoria só quem lucra é o governo federal. As tais entidades reacionárias, como a Associação Nacional dos Analistas, Técnicos e Auxiliares do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (Anata) e Trombetas de Jericó (ligada ao MPU), passam então a atacar os sindicatos criando uma crise de confiança na base e prometem o paraíso, com salários de auditores fiscais em uma única parcela.

Corta de novo. Passam-se dois anos. O MPOG oferece 15,8% de aumento orçamentário SÓ PARA O JUDICIÁRIO – que foi transformado em 33% de reajuste na folha dos servidores, em 24 meses. O MPU entra em greve radical, desesperada, sem nem falar mais de subsídio, para ao menos conseguir alguma proposta! Ainda que não seja o subsídio.



Em setembro de 2011, o jornal Contraponto do Sisejufe estampava as imagens acima semanas depois de o Informativo da Comissão Pró Subsídio (CPS) admitir singelamente em sua capa que eram “laranjas” e precisavam ter um “agosto laranja”. A legenda, à época, foi a seguinte: Ministra Miriam Belchior (MPOG) e “seus” laranjas: está vez mais claro que CPS faz o jogo do governo federal



A farsa laranja do subsídio, como panaceia remuneratória, foi esmagada, passo a passo, pela caminhada vitoriosa dos sindicatos e das bases e sua capacidade de pressão e de interlocução

NENHUMA AUTOCRÍTICA, NENHUMA REFLEXÃO, SILÊNCIO ABSOLUTO

Fica claro que, para o governo federal, a forma remuneratória POUCO IMPORTA e o fato de o MPU optar pelo subsídio não o colocou na frente da corrida pelo salário. Sem nenhuma autocrítica a nata azeda, as trombetas silenciam e ninguém mais fala de subsídio.

Se conseguirem o aumento pleiteado pelo Judiciário e não ficarem fora da reposição já será um avanço.

A proposta messiânica e mentirosa do subsídio, farsa “incumprível” chega ao fim, sem que nenhuma das suas lideranças, virtuais ou presenciais, faça qualquer reflexão. Serão capazes de escrever mal traçadas linhas, talvez tentando ainda enganar a categoria e dizer que, no fim das contas, não chegamos ao paraíso porque os sindicatos infiéis não aceitaram a salvação do subsídio?

O MPU, que seguiu a farsa do subsídio, teve como “proposta” 0%! A prática é o critério da verdade e ficou claro para o governo federal que pouco importa a forma remun-

neratória – o que importa é dividir e segregar a categoria. Os laranjinhos do governo federal, ainda que na sua maioria o fossem de maneira inocente, serviram para este fim.

Agora, sem autocrítica, terão que se juntar aos sindicatos para que saiam do 0%, sem a farsa do subsídio. Mas lembraremos a eles: a autocrítica e a reflexão fazem parte do cotidiano da luta sindical!

O subsídio terminou como aquilo que sempre foi: uma farsa alimentada pelo governo federal na qual acreditou, de forma cega e fanática, um grupo de servidores uniformizado com camisetas na cor laranja. E isso causou divisão interna e nos fez lutar contra nós mesmos.

Agora é hora de cerrar fileiras e lutar pelas nossas bandeiras históricas, sem abrir mão de nenhuma, para que nunca nos deixemos dividir por um engodo como este!

*Diretor sindical.

A proposta messiânica e mentirosa do subsídio, farsa “incumprível” chega ao fim, sem que nenhuma das suas lideranças, virtuais ou presenciais, faça qualquer reflexão. (...) A prática é o critério da verdade e ficou claro para o governo federal que pouco importa a forma remuneratória – o que importa é dividir e segregar a categoria. Os laranjinhos do governo federal, ainda que na sua maioria o fossem de maneira inocente, serviram para este fim.

Saúde do trabalhador foi destaque nos debates do 5º Conojaf

Aposentadoria Especial, saúde do trabalhador, indenização por transporte, isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) para compra de automóveis, aposentadoria especial e riscos que os oficiais de justiça enfrentam no dia a dia foram os temas centrais debatidos no 5º Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Conojaf) que ocorreu de 4 a 8 de setembro, em Brasília. Organizado pela Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojust) e associações do Distrito Federal – Assojust-TRF/DF, Assojust-TRT/DF e Aojus-DF –, o evento reuniu cerca de 300 delegados de todo o país, inclusive do Rio, que enviou uma delegação com cinco oficiais de justiça que participaram como observadores.

Max Leone*

Para a diretora do Sisejufe e coordenadora do Departamento Jurídico do sindicato, Mariana Liria, que participou do congresso, o encontro serviu para debater as demandas do segmento da categoria e promover a integração dos oficiais de justiça do Rio com núcleos de outros estados. O objetivo era de buscar de soluções para as demandas dos oficiais de justiça ava-



Oficiais de justiça: momento de votação num dos salões do Hotel Nacional

liadores federais do Judiciário Federal fluminense e de todo o país.

Segundo a dirigente sindical, um dos assuntos que mais chamaram a atenção nos debates foi sobre a saúde dos servidores. Mariana destacou que o tema necessita de uma discussão mais ampla e que propostas sejam apresentadas e implementadas para resolver um problema que se agrava entre os oficiais de justiça.

“Ouvimos relatos de vários colegas de casos de servidores que sofrem de doenças psíquicas, devido à exposição ao estresse e até perigos que eles passam em seu cotidiano. O oficial de justiça vive em plena tensão quando sai para exercer sua atividade”, afirmou Mariana.

A diretora do Sisejufe lamentou, entretanto, a ausência de representantes da Associação dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Federais do Estado do Rio de Janeiro (Assojust-RJ) nas discussões promovidas pelo 5º Conojaf. Segundo ela, por não ser filiada à Fenassojust a entidade fluminense não participa dos fóruns e das decisões que interessam aos oficiais de justiça do Rio. Além de Mariana Liria, representaram o Rio os diretores do Sisejufe Márcio Cotta, coordenador do Nojaf, e Marcos André

Pereira e os servidores de base Marcelo William e Claudio Amorim, ambos oficiais de justiça que atuam na Baixada Fluminense.

“A participação da delegação do Rio foi uma iniciativa do Sisejufe, por meio do nosso Núcleo de Oficiais de Justiça Federais (Nojaf), que decidiu enviar cinco companheiros para participar como observadores. Infelizmente, o Conojaf é um espaço importante de discussões que o Rio de Janeiro ficou de fora das decisões. A associação não enviou delegados por não ser filiada”, criticou Mariana.

O 5º Conojaf apresentou palestras como a sobre o desafio dos Oficiais de Justiça com a introdução de novas tecnologias no processo judicial; Atividade Física e Qualidade de Vida / Tendências e Inovações; Saúde do Oficial de Justiça: Realidades e Perspectivas e a Construção do Coletivo como Estratégia de Defesa Frente ao Sofrimento no Trabalho, entre outras. Após os cinco dias de trabalho, os participantes elaboraram um documento – a Carta de Brasília – que vai servir de orientação para a Fenassojust no encaminhamento das lutas dos oficiais de justiça federal de todo o país. Também será a base para que a categoria mostre à sociedade as

necessidades e projetos do oficialato federal.

Os delegados presentes votaram e aprovaram propostas de mudança no estatuto da Fenassojust, sendo rejeitada a proposta de retirada do teto que limita a contribuição das Assojusts com mais de 400 oficiais filiados. Foi aprovado ainda que o 6º Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais será em setembro de 2013 na Bahia.

Claudio Amorim destacou ainda o debate sobre a violência e os riscos que os oficiais de justiça são submetidos ao fazerem uma diligência sem as mínimas condições de segurança. “Percebemos, ainda mais, o quanto ficamos vulneráveis durante as diligências que fazemos. Percebemos que carecemos de mecanismos institucionais que nos façam sentir mais seguros ao realizarmos nosso trabalho. Ouvimos relatos de quanto a nossa saúde mental, principalmente, pode ficar comprometida com o passar dos anos. Sendo o Rio um estado com uma quantidade acentuada de oficiais de justiça é importante que tenhamos uma representatividade mais expressiva em eventos dessa natureza”, afirmou Amorim.

*Da Redação.

Chifres e redondilhas



Marlene de Lima*

Miná gostava de Basto Limeira pela destreza na cama, juventude e veia poética. De Calisto Capivara, pelos carros de bois e a conta no Banco do Brasil, agência Arapiraca, onde viviam. Isso era confidenciado a Julita, grande amiga e vizinha da sergipana.

Limeira mais estudado. Fez até o segundo ano de Direito em Maceió, onde, nos sobrados de Jaraguá — zona do porto — aperfeiçoou as proezas de alcova, postas em prática às quartas-feiras, no leito de Miná. Tudo entremeadado pela recitação de poemas, em que cada verso tinha sete sílabas — ou redondilha maior. Nessas noites — quando não visitava a noiva — ocorriam pelo menos quatro recitações. Fazia com Miná o

proibido de fazer com a futura esposa.

Capivara, mais tosco, e casado, sustentava Miná, dando o melhor para a morena, sem suspeitar das quartas e das redondilhas.

Basto, do cordão encarnado; Calisto Capivara, do cordão azul, no pastoril do Natal de Arapiraca.

Na época das Festas, a charrete do primeiro trafegava toda enfeitada de fitas vermelhas. Até a égua Chinesinha (por ter olhos apertados) usava um colar havaiano de rosas artificiais. Enquanto todos os bois de carro do outro iam para a feira com chifres de purpurina azul.

Nesses sábados, Calisto deixava os negócios por conta dos empregados, para usufruir de algumas horas de amor na casinha bem montada de Miná.

Mas os fuxicos de Julita estragaram tudo. Descaramento — pensava a amiga invejosa — ela sem ninguém; a outra

com dois, cada um bom numa coisa. Assim, encheu os ouvidos do comerciante.

Sete da manhã de sábado, perto do Natal. Bois parados à porta de Miná. Os chifres azuis cintilavam à luz branda do dia. Ao lado da casa, o sol do Agreste clareava as folhas de fumo penduradas para secar. Por baixo dos varais, Miná, desgrenhada e quase nua, tentou fugir da faca do amante traído. Mais ágil que ele, entrou no meio dos pés de tabaco. Correu em linha reta entre os galhos, mas deu de cara com a cerca. Acuada, seus gritos abalaram cozinhas e quintais. Também os “puta”, “quenga”, “rampeira”, “catraia” do agressor. A vizinhança se alvoroçou e invadiu a plantação. Calisto, que era franzino, foi imobilizado. A barriga da mulher já sangrava do primeiro golpe. Juntou gente na rua. “Bem feito”, alguns se solidarizavam na dor da traição.

O furgão da Assistência chegou de pronto. Dois enfermeiros abriram caminho com a maca. A polícia levou, a pé, o assassino, dada a proximidade com a delegacia.

Quando saiu do hospital, a esfaqueada não pôde voltar para casa. Não tinha mais casa. Calisto Capivara, após dois meses na cadeia por tentativa de homicídio, tomou o que achava seu de direito; isto é, tudo. Menos as roupas, que queimou no terreiro.

Basto Limeira, noivado desfeito pelo escândalo e não se sentindo seguro na cidade, foi para a capital terminar os estudos. Levou consigo a apaixonada Miná, que, tirante a cicatriz na barriga, continuou bonita de cara e corpo.

Além de gostar da redondilha maior.

*Servidora aposentada do TRT da 1ª Região.

Apolônio, o Herói de Três Pátrias

Na noite de 16 de julho de 2012, o Sisejufe prestou uma homenagem ao ano do centenário de Apolônio de Carvalho reunindo sindicalistas, militantes políticos, intelectuais e ativistas sociais em seu auditório para uma palestra, seguida de debate, com o ex-senador Saturnino Braga. O evento marcou o encerramento da gestão do dirigente sindical Roberto Ponciano na Secretaria de Formação da CUT-RJ.



Filho de militar sergipano e mãe gaúcha, Apolônio de Carvalho nasceu em Corumbá (então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul) em 9 de fevereiro de 1912. Foi cadete da Escola Militar de Realengo e se tornou oficial em 1933. Durante o governo Getúlio Vargas, em 1936, foi preso, destituído da patente e expulso do Exército. Em 1937, Apolônio ingressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e recebe a orientação de combater nas Brigadas Internacionais, na Guerra Civil Espanhola. Depois de deixar a Espanha, acaba num campo de refugiados entre fevereiro de 1939 a maio de 1940, quando vai Marselha, na França e, lá, ingressa na Resistência Francesa. Torna-se comandante da guerrilha dos *partisans* para a região de Lyon. Em 1942, conhece a militante comunista francesa Renée – sua companheira pelo resto da vida. Na França, Apolônio foi condecorado com a Legião de Honra.

Com o fim da Segunda Guerra, Apolônio volta com a mulher e o primeiro filho para o Brasil. Em 1947 nasce o segundo filho do casal. A família passa a viver na clandestinidade, militando entre Rio e São Paulo até 1953 – neste ano ele vai à União Soviética e lá permanece por quatro anos, voltando depois ao país. Com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, Apolônio entra

em total clandestinidade no estado do Rio de Janeiro e permanece longe da família. Em 1968, funda com Mário Alves, Jacob Gorender e outros dissidentes, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Em janeiro de 1970, Apolônio e Mário Alves são presos no Rio e Jacob Gorender em São Paulo. Todos são violentamente torturados e Mário Alves, assassinado. Em fevereiro, os filhos Raul e René-Louis também são presos.

Em junho, Apolônio e outros 39 presos políticos brasileiros chegam a Argel, trocados pelo embaixador

alemão, sequestrado por um comando revolucionário no Rio de Janeiro. A volta ao Brasil será em outubro de 1979, depois da Anistia de agosto daquele ano. No fim dos anos 70, aproximou-se dos grupos que então trabalhavam para criar o PT, tornando-se um de seus fundadores. Permanece na direção do novo partido até 1987, quando se afasta por orientação médica. Foi também um entusiasta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Apolônio de Carvalho morreu no Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 2005, aos 93 anos, após ter sido

internado na Casa de Saúde Portugal em decorrência de uma pneumonia. Na época, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, divulgou nota oficial em que lembrou que num de seus últimos encontros com Apolônio ele se autodefiniu como um “otimista irreversível”. “Me emocionou com o ensinamento de que a perseverança e a honestidade de propósitos serão sempre recompensadas”, escreveu Lula.

*Da Redação.

ROBERTO PONCIANO Diretor do Sisejufe e ex-secretário de Formação da CUT-RJ

“Me sinto emocionado em finalizar essa jornada na CUT Rio ajudando a promover, no meu sindicato, um evento em celebração ao centenário de Apolônio de Carvalho, dada sua importância política fundamental e coerência histórica. Ainda mais se olharmos os nossos tempos atuais de pragmatismo político. Apolônio simboliza a antítese das alianças pragmáticas e sem

fundo ideológico que vemos hoje. Foi um companheiro que doou-se toda a vida, enfrentou duas ditaduras no Brasil, combateu Franco na Espanha, enfrentou as tropas nazistas dentro do território francês e voltou ao seu país para combater o sectarismo e o pragmatismo. Acredito que os investimentos em formação, em especial no ambiente sindical, são importantes para que as pessoas saibam exatamente pelo que estão militando. Apolônio é, nesse sentido, uma inspiração para mim. Eu acredito nas ideologias – elas não estão mortas –, a História não acabou, há diferenças e precisamos acentuar essas diferenças nas disputas políticas.”

SATURNINO BRAGA ex-senador da República

“Esse encontro é uma homenagem póstuma que prestamos a um dos maiores brasileiros que nós, da nossa geração, conhecemos: Apolônio de Carvalho, chamado o Herói de Três Pátrias. Que além disso, é herói de uma causa, a grande causa da humanidade. Era um soldado, um combatente por vocação. E consciente da causa do socialismo, que é uma causa da humanidade, ele não se enquadrou nas premissas militares brasileiras de seu tempo e foi combater pelo socialismo na Espanha – onde se dava o primeiro conflito aberto entre fascismo e socialismo. O século XX, o século de Apolônio e, na verdade, o meu século também, foi sacudido por essa erupção que foi o confronto ideológico. Em 1917, deu-se a Revolução Socialista na Rússia e, depois da União Soviética, isso provocou adesões no mundo inteiro pois se tratava de uma experiência de grande significado humanístico – a nova forma de se organizar uma sociedade em benefício dos trabalhadores e não do capital. Obviamente, a ideia do socialismo era se expandir e suscitou a reação contrária da forma mais violenta – o fascismo. O fascismo ia muito além do liberalismo, considerava o liberalismo uma fraqueza, porque queria se contrapor ao socialismo de uma forma ditatorial, violenta, pela força e pela intimidação.”

A derrota do fascismo se deu à custa de muito heroísmo, de muito despojamento de cada um dos combatentes para enfrentar o que era a maior máquina de guerra construída até então. (...) E lá estava o nosso Apolônio, um símbolo desse heroísmo e da força dessa convicção ideológica que continuará inspirando a nós todos. Na manutenção do ideal do socialismo, ainda que saibamos que existem grandes distâncias a percorrer, acreditamos que esteja o destino da humanidade. Quem crê na humanidade tem que crer numa solução que seja fruto da humanização da política – e o ideário da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) acaba se realizando no socialismo. O liberalismo corta a igualdade, porque o poder do capital é de tal forma decisivo que quem o possui é quem comanda; acaba com a fraternidade, porque é a luta de todos contra todos na competição; e atinge a liberdade das pessoas satisfazerem seus principais anseios, porque todas estão submetidas à lógica das forças econômicas.”



Fotos: Henri Figueiredo

CARLOS KALIFA Membro do Coletivo de Formação Política Apolônio de Carvalho

“Apolônio foi um herói de verdade. Quando eu estive em Cuba e pude entender melhor a cultura socialista cubana, senti algo parecido em relação ao Che Guevara. De fato, há dois elementos fundamentais que os socialistas precisam



superar que são o pragmatismo e o sectarismo. Por isso, é preciso dialogar com as bases e pensar na formação política, discutir estratégias, retomar a discussão programática em tempos de eleição municipal etc. Vivemos numa conjuntura de crise econômica internacional, um recente golpe no Paraguai, o próprio julgamento do “mensalão” no Supremo Tribunal Federal – tudo isso pode ser um divisor de águas em nossa caminhada.”

VALTER NOGUEIRA ALVES Diretor-presidente do Sisejufe

“O centenário de Apolônio de Carvalho representa muito para o que nós vivemos hoje na América Latina. Um homem como ele, que nasce no início do século XX, que teria uma brilhantíssima carreira militar, que coloca sua carreira em jogo, sai de sua pátria com pouco mais de 20 anos e vai combater o fascismo na Espanha. Depois, ainda, vai à França, acaba num campo de refugiados, se desvencilha e se organiza com



seus companheiros para combater o nazismo. Devemos muito a heróis

como Apolônio e outros tantos. A conjuntura é complicada para a esquerda socialista no continente, especificamente no Brasil – temos que enfrentar algumas contradições colocadas pelo sistema. Apolônio é um exemplo por ter vivido toda uma vida de coerência. Foi do PCB, fundou o PCBR, fundou o PT. Em nenhuma dessas legendas, alguém pode dizer que ele se colocou fora dos padrões do que o seu ideário almejava. Eu, enquanto cristão, franciscano e também marxista – o que pode parecer contraditório, mas na Igreja temos bons marxistas-cristãos – penso que Apolônio vive hoje e viverá sempre.”

Jornada de Qualidade de Vida movimentando o sindicato

O Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP), em parceria com o Departamento de Saúde do Sisejufe, promoveu em 28 de agosto, às 15h, na sede do sindicato, a "Jornada de Qualidade de Vida" durante a tradicional reunião mensal do DAP, que acontece na última terça-feira do mês. O evento contou com a participação do fisioterapeuta Antônio Carlos Coelho Lopes (funcionário do Sisejufe) e de profissionais da Unimed-Rio trazidos pela executiva da Área de Relacionamento com o Cliente, Luciana Pires.

O intuito foi promover o debate de temas relacionados à qualidade de vida e controle da saúde, em especial para os que já estão na Melhor Idade. "É uma enorme satisfação receber todos, e a equipe da Unimed, para fazermos juntos esse Dia da Saúde", agradeceu a coordenadora do DAP, Lucilene Lima.



Fotos: Tatiana Lima



O atendimento terapêutico alternativo com o fisioterapeuta Antônio Carlos (acima) é feito na sede do sindicato, com horário marcado. Cada sessão custa R\$ 15,00 e dura de 40 minutos a 1 hora e 10 minutos. Para marcar, basta ligar para: (21) 2215.2443.

Tatiana Lima*

Os aposentados, pensionistas e funcionários do Sisejufe puderam medir a pressão arterial e a taxa de glicose com uma enfermeira, além de fazer ginástica laboral com orientações do fisioterapeuta. Antônio Carlos ainda deu informações aos participantes sobre o atendimento terapêutico alternativo, com ênfase na Medicina Tradicional Chinesa e técnicas como quiropraxia e acupuntura.

A nutricionista Hedyane Warrak, do Espaço Gourmet da Unimed-Rio, ministrou a palestra "Cozinha Saudável" sobre o uso de alimentos e condimentos de maneira adequada para uma alimentação melhor e de qualidade. "Atualmente, as pessoas identificam a comida saudável como aquela de baixa caloria, mas esquecem o que é realmente saudável. Não adianta o consumo de pães de trigo, por exemplo, se você não adiciona nenhuma fruta à alimentação

ou não se preocupa com o modo como são preparados os alimentos, o que faz diferença no dia a dia", afirmou Hedyane Warrak.

A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, também participou da reunião e deu informes sobre a proposta do governo de reajuste de 15,8%, além da retomada da greve pela categoria em 28 de agosto. A advogada Aracéli Rodrigues, do Departamento Jurídico, explicou o andamento das ações ajuizadas pelo Sisejufe.

Cozinha Gourmet: alimentação saudável sem malabarismo

Os participantes da Jornada de Qualidade de Vida do DAP tiveram a oportunidade de tirar dúvidas, por exemplo, em relação às diferenças de parte dos produtos disponíveis ao consumo no mercado como adoçantes, açúcares, sal etc. A nutricionista Hedyane Warrak explicou os benefícios e malefícios do adoçante com aspartame e do que contém sucralose.

Segundo ela, em caso de impossibilidade do uso de açúcar por doenças ou necessidade de perda de peso, é mais recomendável o uso de adoçante com a base de sucralose. Essa substância é a única derivada do açúcar. Porém, todos os adoçantes passam por processos químicos.

Hedyane Warrak também explicou que o açúcar light, hoje encontrado nos supermercados, não pode ser ingerido por pessoas diabéticas, pois ele tem açúcar normal em sua composição.

“O açúcar light tem açúcar na composição. Logo, se você quer uma alimentação mais saudável e não tem restrição ao uso do açúcar é possível a substituição, pois o valor calórico dele é metade do açúcar normal. Porém, se há restrição ao uso do açúcar, aí a opção deve ser mesmo por um adoçante a base de sucralose ou base de stévia, sendo o último derivado da planta, ou seja, é mais natural que qualquer outro”, enfatizou Hedyane.

A nutricionista destacou, ainda, que não se pode substituir o uso do sal refinado ou marinho pelo sal light sem orientação médica. O problema é que o sal light possui menor quantidade de sódio, porém alta taxa de potássio.



Por isso, pode ocasionar um desequilíbrio no organismo e gerar outros problemas de saúde.

No caso do sal, o mais recomendado é o sal marinho porque como ele não foi refinado, ou seja, não passou por processo químico, é mais saudável. Ela também deu dica de como reduzir o uso do sal. É só colocar no pote de sal ervas (alecrim, orégano, manjeriço etc.). Desta forma, você vai condimentar a comida e sem perceber acabará diminuindo o uso do sal.

Outra dica é usar o azeite virgem para fazer manteiga. Basta amassar um dente de alho e pôr alecrim com o azeite no congelador. Segundo a nutricionista, é mais saudável do que o uso de manteiga e de margarina.

Para terminar, Hedyane Warrak explicou os malefícios de se consumir refrigerante. De acordo com ela, qualquer bebida gasosa prejudica a saúde porque o gás faz o organismo pôr para fora as substâncias: cálcio, magnésio e zinco. Por isso, o consumo deve ser evitado ou moderado, inclusive, os refrigerantes light.

“A bebida sem açúcar evita somente o choque de açúcar no organismo que o refrigerante causa, mas o gás contido prejudica e muito a saúde como qualquer outro”, disse Hedyane Warrak.

Os aposentados e pensionistas que são associados à Unimed-Rio podem obter mais informações e fazer cursos gratuitos de culinária, entre outras atividades no Espaço Para Viver Melhor (EPVM), na rua Pinheiro Guimarães 66, em Botafogo. Informações no telefone: (21) 2483.9383.

*Da redação.

TCU debate políticas públicas de acessibilidade

Discutir programas e ações governamentais destinadas a estimular o exercício da plena e efetiva cidadania por parte das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Esse foi o objetivo do seminário “Controle das Políticas Públicas de Acessibilidade”, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), entre os dias 12 e 13 de setembro, coordenado pelo procurador do Ministério Público junto ao TCU Sergio Ricardo Costa Caribé

Tatiana Lima*

A ministra do TCU Ana Arraes apresentou o relatório da auditoria feita pelo tribunal, sobre as condições de acessibilidade nos órgãos e entidades federais. A fiscalização é decorrente da adesão do TCU à campanha nacional “Ministério Público de Contas pela Acessibilidade Total”, lançada pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), em junho do ano passado. O levantamento apontou carências nas condições de acesso das pessoas com deficiência a prédios e serviços públicos federais.

A fiscalização foi feita nas principais unidades dos seis órgãos públicos que mais atendem a população pessoalmente, com o chamado “atendimento de balcão”: Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

e Defensoria Pública da União (DPU).

As principais barreiras de acesso identificadas referem-se à ausência de sinalização para deficientes visuais – como a existência de mapas ou de pisos táteis direcionais. Em algumas instituições, a oferta desses dispositivos está em menos de 2% das unidades de atendimento. Em três dos seis órgãos avaliados, o equipamento é inexistente (DPU) ou é restrito a pouquíssimas agências (Ministério do Trabalho e Receita Federal).

Para o procurador do MP Sergio Ricardo Caribé, os resultados estatísticos obtidos pela equipe de auditoria constituem indicativos de que a maioria dos pontos de atendimento dos órgãos e entidades da administração pública federal não observam as normas que tratam de acessibilidade.

Mas os problemas não param por aí. Há ainda pouca oferta de elevadores, sanitários, mesas, balcões, rampas, escadas, corredores e portas acessíveis. Os dados foram coletados em 11.069 unidades, em pesquisa que teve como base a percepção dos gestores dos órgãos. As instituições auditadas terão 90 dias para elaborar plano voltado a

resolver os problemas encontrados.

Para a relatora do processo, a ministra do TCU Ana Arraes, se “os problemas advindos da falta de acessibilidade aos prédios públicos já causam grande impacto na vida das pessoas com deficiência, ainda maior é o prejuízo decorrente da falta de acesso à educação, que acaba por condenar nossos jovens deficientes a um futuro sem grandes expectativas”.

O levantamento da auditoria do TCU apontou que é a baixa efetividade da fiscalização de normas de acessibilidade para concessão e renovação de alvarás de funcionamento que mais contribui para falta de comprometimento dos órgãos na solução dos problemas observados. Também inexistem mecanismos de incentivo para que os órgãos públicos federais promovam melhorias de acessibilidade em instalações físicas voltadas ao atendimento ao público.

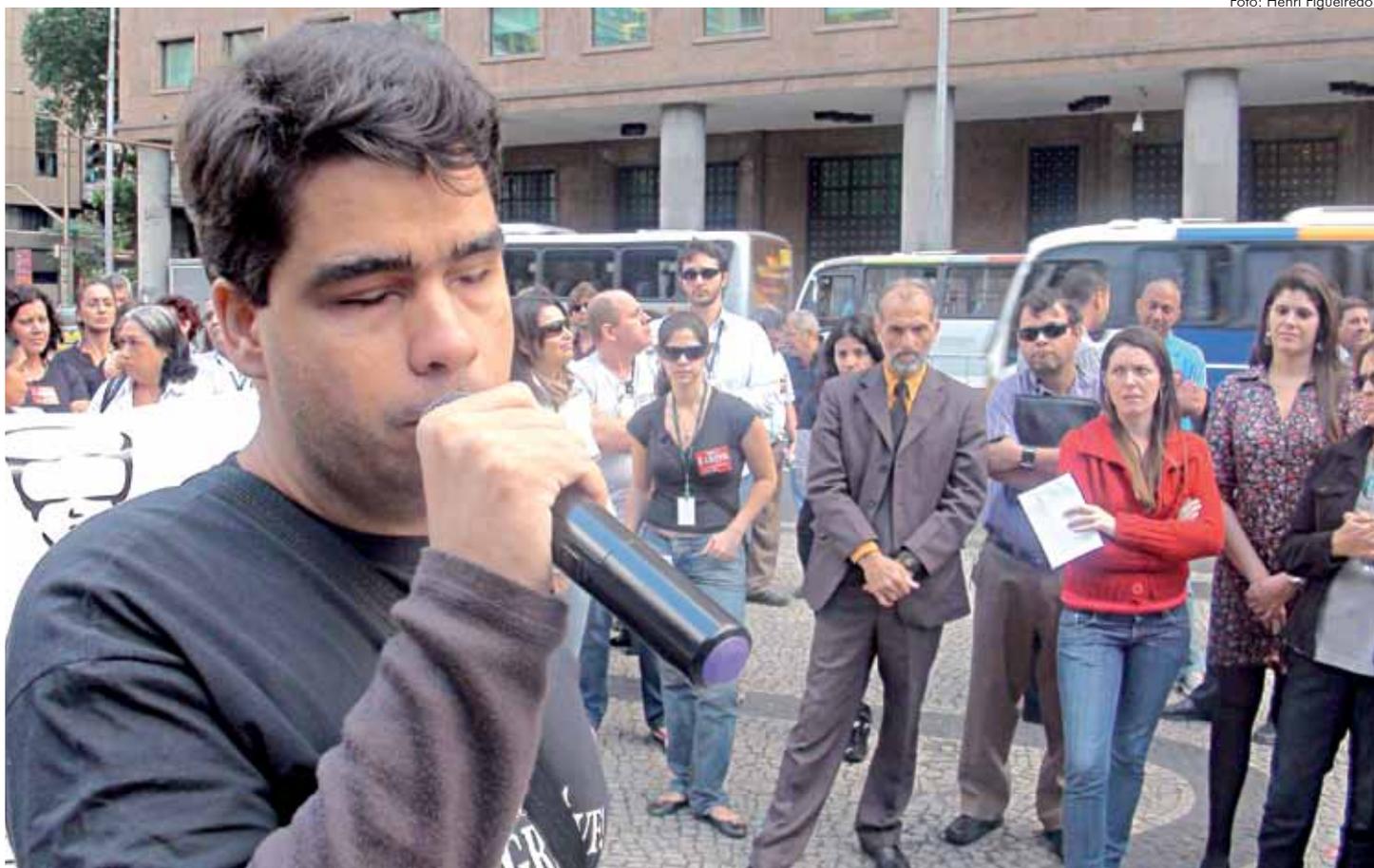
A partir do levantamento, o TCU determinou que, em 180 dias, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República elabore plano de abrangência nacional com o objetivo de dotar entidades públicas federais de plena acessibilidade a dependências e a serviços ofertados. O TCU também

quer a definição de metas para sanar as carências nessa área e que haja a criação do “Selo Nacional de Acessibilidade”.

Dificuldades

O Núcleo de Pessoas com Deficiência (NPD) do Sisejufe, que participou do seminário, avaliou como positiva a iniciativa do TCU na promoção do evento e o estudo sobre acessibilidade. O diretor sindical e integrante do NPD Dulavim de Oliveira Lima Júnior disse acreditar que agora os movimentos de luta das pessoas com deficiência podem fazer uma cobrança mais incisiva no que tange à acessibilidade. “Já estamos cansados de campanhas. O que queremos é punição para aqueles que não cumprirem com as determinações legais relativas à acessibilidade. A lei já está em vigor há mais de onze anos e ainda estamos muito longe de sua concretude mínima”, destacou o diretor.

Já o diretor sindical e coordenador do NPD, Ricardo de Azevedo Soares, criticou a postura da ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Maria do Rosário. Ela se retirou do evento logo após discursar



RICARDO DE AZEVEDO SOARES: coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe participou do seminário no TCU

sobre o projeto “Viver Sem Limites”, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do governo federal. “A ministra saiu sem sequer ouvir as colocações e perguntas do público. Ou seja, ela participou do evento somente para falar as mil maravilhas do Viver Sem Limites, mas não para ouvir as possíveis críticas. Fiz questão de registrar tal posição no microfone. É lamentável para o jogo democrático representantes do governo não ouvirem os principais interessados nas políticas públicas a serem executadas. É como se o governo já soubesse de antemão o que é bom ou ruim para nós, pessoas com deficiência”, avalia.

Todavia, o diretor sindical destacou que o posicionamento da ministra Maria do Rosário referente à educação especializada foi positiva. “Isso é uma novidade, pois até então a posição mais cantada em prosa e verso do governo Dilma era de não apoio à educação especializada, privilegiando-se somente à dita ‘educação inclusiva’. Disse em público, no seminário, que iria lembrar bem daquelas palavras ministeriais e que cobraria aquilo no momento adequado”, afirma.

Ricardo ainda lamentou a ausência dos deputados federais Romário Farias (PSB-RJ), Mara Gabrielli (PSDB-SP) e Rosinha da Adefal (PTdoB-AL). Eles seriam os expositores de uma das mesas do seminário para discutir a acessibilidade das pessoas com deficiências. “Não tivemos a oportunidade de sugerir propostas e cobrar dos parlamentares atitudes condizentes com nossas necessidades de acessibilidade”, reclama o diretor. Os deputados enviaram representantes para substituí-los. Um dos representantes dos deputados foi o empresário Dudu Braga, filho do cantor Roberto Carlos.

De acordo com o diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, o empresário fez uma exposição acerca dos problemas das pessoas com deficiência que não contribuiu para o debate. Segundo ele, a abordagem feita por Dudu Braga utilizou de “discursos piegas e de autopromoção do próprio empresário e do cantor Roberto Carlos”. “Mais parecia uma palestra de autoajuda do que um seminário para se debater políticas públicas sobre acessibilidade, com direito a choro do palestrante e da plateia. Foi temerária a

exposição”, analisa o diretor sindical.

Segundo dados do Censo 2010, há, no Brasil, 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,8% da população brasileira, dos quais 13,1 milhões apresentam grande dificuldade ou impossibilidade de falar, ouvir, enxergar ou se locomover.

Participaram do seminário diversas autoridades e representantes de órgãos públicos, parlamentares e também representantes da sociedade civil, dentre

elas: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Associação de Assistência à Criança com Deficiência (AACD), Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), professores e demais especialistas em acessibilidade.

* Da Redação com informações do Portal TCU.

Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência é 21 de setembro

Para comemorar a data e discutir políticas públicas e sociais e os problemas da acessibilidade, o Núcleo de Pessoas com Deficiência (NPD) do Sisejufe promove, em 25 de setembro, o debate “Acessibilidade – Da educação ao mercado de trabalho, limites e conquistas”. Coordenado pelo diretor do NPD Ricardo de Azevedo Soares, o debate terá a presença do senador Wellington Dias (PT-PI); Cláudio de Castro Panoeiro

da Advocacia-Geral da União (AGU) e Maria da Glória Almeida, chefe de gabinete do Instituto Benjamin Constant.

O NPD estuda a possibilidade de fazer uma pesquisa sobre as condições de acessibilidade nos fóruns, varas e tribunais do Judiciário Federal do Rio. Para o coordenador do Núcleo, Ricardo de Azevedo Soares, o relatório do TCU, serve de incentivo à pesquisa nas JFs do Rio.

O Mercosul e o xadrez geopolítico das Américas

Processo para incorporação da Venezuela surpreendeu Washington e direita sul-americana e abre novas perspectivas para região. Por isso, é bombardeado pela mídia

Samuel Pinheiro Guimarães*

1. Não há como entender as peripécias da política sul-americana sem levar em conta a política dos Estados Unidos para a América do Sul. Os Estados Unidos ainda são o principal ator político na América do Sul e pela descrição de seus objetivos devemos começar.

2. Na América do Sul, o objetivo estratégico central dos Estados Unidos, que apesar do seu enfraquecimento continuam sendo a maior potência política, militar, econômica e cultural do mundo, é incorporar todos os países da região a sua economia. Esta incorporação econômica leva, necessariamente, a um alinhamento político dos países mais fracos com os Estados Unidos nas negociações e nas crises internacionais.

3. O instrumento tático norte-americano para atingir este objetivo consiste em promover a adoção legal pelos países da América do Sul de normas de liberalização a mais ampla do comércio, das finanças e investimentos, dos serviços e de “proteção” à propriedade intelectual através da negociação de acordos em nível regional e bilateral.

4. Este é um objetivo estratégico histórico e permanente. Uma de suas primeiras manifestações ocorreu em 1889 na I Conferência Internacional Americana, que se realizou em Washington, quando os EUA, já então a

primeira potência industrial do mundo, propuseram a negociação de um acordo de livre comércio nas Américas e a adoção, por todos os países da região, de uma mesma moeda, o dólar.

5. Outros momentos desta estratégia foram o acordo de livre comércio EUA-Canadá; o Nafta (Área de Livre Comércio da América do Norte, incluindo além do Canadá, o México); a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas – Alca e, finalmente, os acordos bilaterais com o Chile, Peru, Colômbia e com os países da América Central.

6. Neste contexto hemisférico, o principal objetivo norte-americano é incorporar o Brasil e a Argentina, que são as duas principais economias industriais da América do Sul, a este grande “conjunto” de áreas de livre comércio bilaterais, onde as regras relativas ao movimento de capitais, aos investimentos estrangeiros, aos serviços, às compras governamentais, à propriedade intelectual, à defesa comercial, às relações entre investidores estrangeiros e Estados seriam não somente as mesmas como permitiriam a plena liberdade de ação para as megaempresas multinacionais e reduziria ao mínimo a capacidade dos Estados nacionais para promover o desenvolvimento, ainda que capitalista, de suas sociedades e de proteger e desenvolver suas empresas (e capitais nacionais) e sua força de trabalho.

7. A existência do Mercosul, cuja pre-

missa é a preferência em seus mercados às empresas (nacionais ou estrangeiras) instaladas nos territórios da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai em relação às empresas que se encontram fora desse território e que procura se expandir na tentativa de construir uma área econômica comum, é incompatível com objetivo norte-americano de liberalização geral do comércio de bens, de serviços, de capitais etc que beneficia as suas megaempresas, naturalmente muitíssimo mais poderosas do que as empresas sul-americanas.

8. De outro lado, um objetivo (político e econômico) vital para os Estados Unidos é assegurar o suprimento de energia para sua economia, pois importam 11 milhões de barris diários de petróleo sendo que 20% provêm do Golfo Pérsico, área de extraordinária instabilidade, turbulência e conflito.

9. As empresas americanas foram responsáveis pelo desenvolvimento do setor petrolífero na Venezuela a partir da década de 1920. De um lado, a Venezuela tradicionalmente fornecia petróleo aos Estados Unidos e, de outro lado, importava os equipamentos para a indústria de petróleo e os bens de consumo para sua população, inclusive alimentos.

10. Com a eleição de Hugo Chávez, em 1998, suas decisões de reorientar a política externa (econômica e política) da Venezuela em direção à América do Sul (i.e. principal, mas não exclusivamente ao Brasil), assim como de construir a infraestrutura e diversificar a economia agrícola e industrial do país viriam a romper a profunda dependência da Venezuela em relação aos Estados Unidos.

11. Esta decisão venezuelana, que atingiu frontalmente o objetivo estratégico da política exterior americana de garantir o acesso a fontes de energia, próximas e seguras, se tornou ainda mais importante no momento em que

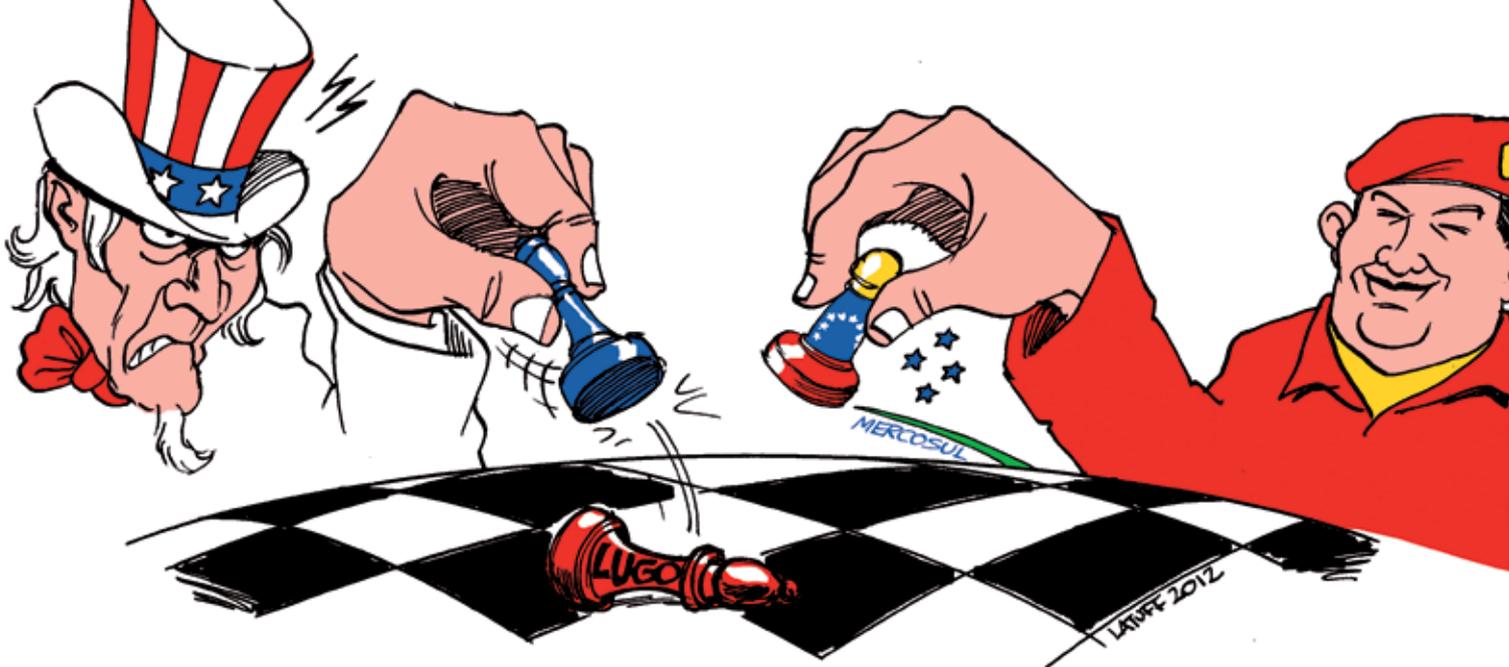
a Venezuela passou a ser o maior país do mundo em reservas de petróleo e em que a situação do Oriente Próximo é cada vez mais volátil.

12. Desde então desencadeou-se uma campanha mundial e regional de mídia contra o presidente Chávez e a Venezuela, procurando demonizá-lo e caracterizá-lo como ditador, autoritário, inimigo da liberdade de imprensa, populista, demagogo etc. A Venezuela, segundo a mídia, não seria uma democracia e para isto criaram uma “teoria” segundo a qual ainda que um presidente tenha sido eleito democraticamente, ele, ao não “governar democraticamente”, seria um ditador e, portanto, poderia ser derrubado. Aliás, o golpe já havia sido tentado em 2002 e os primeiros líderes a reconhecer o “governo” que emergiu desse golpe na Venezuela foram George Walker Bush e José María Aznar.

13. À medida que o presidente Chávez começou a diversificar suas exportações de petróleo, notadamente para a China, substituiu a Rússia no suprimento energético de Cuba e passou a apoiar governos progressistas eleitos democraticamente, como os da Bolívia e do Equador, empenhados em enfrentar as oligarquias da riqueza e do poder, os ataques redobram orquestrados em toda a mídia da região (e do mundo).

14. Isto apesar de não haver dúvida sobre a legitimidade democrática do presidente Chávez que, desde 1998, disputou 12 eleições, que foram todas consideradas livres e legítimas por observadores internacionais, inclusive o Centro Carter, a ONU e a OEA.

15. Em 2001, a Venezuela apresentou, pela primeira vez, sua candidatura ao Mercosul. Em 2006, após o término das negociações técnicas, o Protocolo de adesão da Venezuela foi assinado pelos presidentes Chávez, Lula, Kirchner, Tabaré e Nicanor Duarte, do Paraguai, membro do Partido Colorado. Começou então o processo de aprovação



do ingresso da Venezuela pelos Congressos dos quatro países, sob cerrada campanha da imprensa conservadora, agora preocupada com o “futuro” do Mercosul que, sob a influência de Chávez, poderia, segundo ela, “prejudicar” as negociações internacionais do bloco etc. Aquela mesma imprensa que rotineiramente criticava o Mercosul e que advogava a celebração de acordos de livre comércio com os Estados Unidos, com a União Europeia etc, se possível até de forma bilateral, e que considerava a existência do Mercosul um entrave à plena inserção dos países do bloco na economia mundial, passou a se preocupar com a “sobrevivência” do bloco.

16. Aprovado pelos Congressos da Argentina, do Brasil, do Uruguai e da Venezuela, o ingresso da Venezuela passou a depender da aprovação do Senado paraguaio, dominado pelos partidos conservadores representantes das oligarquias rurais e do “comércio informal”, que passou a exercer um poder de veto, influenciado em parte pela sua oposição permanente ao presidente Fernando Lugo, contra quem tentou 23 processos de “impeachment” desde a sua posse em 2008.

17. O ingresso da Venezuela no Mercosul teria quatro consequências: dificultar a “remoção” do presidente Chávez através de um golpe de Estado; impedir a eventual reincorporação da Venezuela e de seu enorme potencial econômico e energético à economia americana; fortalecer o Mercosul e torná-lo ainda mais atraente à adesão dos demais países da América do Sul; dificultar o projeto americano perma-

nente de criação de uma área de livre comércio na América Latina, agora pela eventual “fusão” dos acordos bilaterais de comércio, de que o acordo da Aliança do Pacífico é um exemplo.

18. Assim, a recusa do Senado paraguaio em aprovar o ingresso da Venezuela no Mercosul tornou-se questão estratégica fundamental para a política norte americana na América do Sul.

19. Os líderes políticos do Partido Colorado, que esteve no poder no Paraguai durante sessenta anos, até a eleição de Lugo, e os do Partido Liberal, que participava do governo Lugo, certamente avaliaram que as sanções contra o Paraguai em decorrência do impedimento de Lugo, seriam principalmente políticas, e não econômicas, limitando-se a não poder o Paraguai participar de reuniões de presidentes e de ministros do bloco.

Feita esta avaliação, desfecharam o golpe. Primeiro, o Partido Liberal deixou o governo e aliou-se aos Colorados e à União Nacional dos Cidadãos Éticos (Unace) e aprovaram, a toque de caixa, em uma sessão, uma resolução que consagrou um rito super-sumário de “impeachment”.

Assim, ignoraram o Artigo 17 da Constituição paraguaia que determina que “no processo penal, ou em qualquer outro do qual possa derivar pena ou sanção, toda pessoa tem direito a dispor das cópias, meios e prazos indispensáveis para apresentação de sua defesa, e a poder oferecer, praticar, controlar e impugnar provas”, e o artigo 16 que afirma que o direito de defesa das pessoas é inviolável.

20. Em 2003, o processo de impedimento contra o presidente Macchi, que não foi aprovado, levou cerca de 3 meses enquanto o processo contra Fernando Lugo foi iniciado e encerrado em cerca de 36 horas. O pedido de revisão de constitucionalidade apresentado pelo Presidente Lugo junto à Corte Suprema de Justiça do Paraguai sequer foi examinado, tendo sido rejeitado in limine.

21. O processo de impedimento do presidente Fernando Lugo foi considerado golpe por todos os Estados da América do Sul e, de acordo com o Compromisso Democrático do Mercosul, o Paraguai foi suspenso da Unasur e do Mercosul, sem que os neogolpistas manifestassem qualquer consideração pelas gestões dos Chanceleres da Unasur, que receberam, aliás, com arrogância.

22. Em consequência da suspensão paraguaia, foi possível e legal para os governos da Argentina, do Brasil e do Uruguai aprovarem o ingresso da Venezuela no Mercosul a partir de 31 de julho de 2012. Acontecimento que nem os neogolpistas nem seus admiradores mais fervorosos – EUA, Espanha, Vaticano, Alemanha, os primeiros a reconhecer o governo ilegal de Franco – parecem ter previsto.

23. Diante desta evolução inesperada, toda a imprensa conservadora dos três países, e a do Paraguai, e os líderes e partidos conservadores da região, partiram em socorro dos neogolpistas com toda sorte de argumentos, proclamando a ilegalidade da suspensão do Paraguai (e, portanto, afirmando a legalidade do golpe) e a inclusão da Venezuela,

já que a suspensão do Paraguai teria sido ilegal.

24. Agora, o Paraguai procura obter uma decisão do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul sobre a legalidade de sua suspensão do Mercosul enquanto, no Brasil, o líder do PSDB anuncia que recorrerá à justiça brasileira sobre a legalidade da suspensão do Paraguai e do ingresso da Venezuela.

25. A política externa norte-americana na América do Sul sofreu as consequências totalmente inesperadas da pressa dos neogolpistas paraguaios em assumir o poder, com tamanha voracidade que não podiam aguardar até abril de 2013, quando serão realizadas as eleições, e agora articula todos os seus aliados para fazer reverter a decisão de ingresso da Venezuela.

26. Na realidade, a questão do Paraguai é a questão da Venezuela, da disputa por influência econômica e política na América do Sul e de seu futuro como região soberana e desenvolvida.

*Diplomata. Foi designado Alto-Representante Geral do Mercosul tendo como funções a articulação política, formulação de propostas e representação das posições comuns do bloco. Na função, Samuel Pinheiro coordenava a implementação das metas previstas no Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do Mercosul, aprovado em Foz de Iguaçu em 16 de dezembro de 2010. Renunciou ao cargo, contudo, em 28 de junho de 2012. Originalmente publicado em Carta Maior.

AS LIÇÕES DO GOLPE

Mídia hegemônica, transnacionais e partidos de direita refinam, no Paraguai, o novo modelo para a derrubada de líderes progressistas populares. O que devemos aprender com isso?

Texto e Fotos

Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá*

Cooptar e seduzir militares nacionalistas contra o “perigo vermelho” já não é mais condição *sine qua non* para um bem sucedido golpe político na América Latina. Depois do fracasso contra o governo venezuelano de Hugo Chávez em 2002 e o longo impasse causado pelo refúgio na Embaixada Brasileira em Tegucigalpa, capital de Honduras, pelo presidente Manuel Zelaya em 2009, as forças conserva-

doras de sempre (oligarquias rurais e industriais, cúpula da Igreja Católica, mídia hegemônica monopolista e interesses comerciais estadunidenses) conseguiram refinar o novo modelo para a derrubada de líderes progressistas populares: o golpe parlamentar/midiático. Antes de tirar o mandatário eleito do poder é preciso desconstruir sua imagem pública por meio de denúncias, verdadeiras ou não, nos grandes meios de comunicação. Ao mesmo tempo, alicia-se os parlamentares com participação nos lucros de negócios internacionais desregulamentados para garantir um “verniz” de legalidade ao processo.

A primeira vítima desse novo tipo

de golpe de estado foi o presidente Fernando Lugo, um ex-bispo ligado à Teologia da Libertação, que havia conseguido mais de 40% dos votos paraguaios em 2008 para tirar do poder, após seis décadas incluindo os 35 anos do ditador Alfredo Stroessner, o Partido Colorado. Em visita ao Brasil para a Rio+20, Lugo foi surpreendido pela abertura de um processo de impeachment (o 24º que se tentou em quatro anos) que o apeou do poder, em 22 de junho, em cerca de 36 horas.

As acusações contra o presidente são surreais, indo da “má gestão de instalações militares” (devido à cessão de um quartel em 2009 para a realização de um evento da juventude) ao incitamento de invasão de terras, apoio a guerrilhas de esquerda e “atentado contra a soberania” na assinatura do novo tratado de uso da energia de Itaipu (bombardeado no Brasil pela imprensa hegemônica tupiniquim). E, o pior, não precisam ser comprovadas por serem “de notoriedade pública, [...] conforme o ordenamento público vigente”, segundo documento do Parlamento. O impeachment viola claramente os artigos 16 e 17 da Constituição Paraguuaia, que regulamenta os processos legais e o direito de defesa. Como não obteve resposta da Suprema Corte do país, Lugo deve recorrer à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Mas as possibilidades reais de retomada do governo são mínimas.



PE



A questão agrária

Apesar da execução relâmpago, no entanto, o processo que levou à queda do presidente democraticamente eleito vinha sendo gestado desde sua posse. De acordo com telegramas diplomáticos vazados pelo Wikileaks, a embaixada estadunidense em Assunção já reportava à Washington movimentos nesse sentido desde o início de 2009.

Contando com uma ampla mas frágil coligação de partidos, Lugo jamais teve maioria no Congresso, o que explica em parte a votação de 39 a quatro no Senado por sua destituição sumária. Seu vice, agora empossado como presidente *de facto* e com quem ele havia rompido politicamente, Federico Franco, faz parte do Partido Liberal Radical Autentico (PLRA), que era a principal legenda “oposicionista” aos colorados antes da ascensão do ex-bispo. Com isso, várias importantes promessas de campanha, como a reforma agrária, não puderam ser realizadas, levando à divisão do apoio dentro dos movimentos sociais.

A questão agrária, aliás, é central na política paraguaia. País essencialmente rural, tem uma das piores distribuições de terra do continente. 80% das áreas cultivadas estão nas mãos de 2% da população, sendo 25% das terras de propriedade de apenas 0,005%. As chácaras com menos de 5 hectares (40% das propriedades), normalmente dedicadas à agricultura familiar e, portanto, aos alimentos consumidos pela população local, representam menos de 1% da área cultivada, o que leva muitos indígenas como o senhor Emílio Aquino, artesão da região Chamacoco (que não fala espanhol), e camponeses a incharem as favelas de Assunção.

Foi ao lado de um desses grandes latifúndios, com boa parte dos 70 mil hectares entregue graciosamente pelo governo Stroessner ao senador e ex-presidente do Partido Colorado Blas Riquelme, na região conhecida como Curuguaty, que em 15 de junho um contingente da Polícia Nacional altamente treinado (segundo consta, por militares estadunidenses na Colômbia) foi “emboscado” por sem-terras (os “carperos” assim chamados por viverem sob as lonas pretas – carpas) resultando na morte de seis policiais, incluindo um irmão do chefe da segurança de Lugo. Em “reação ao ataque”, os policiais mataram 11 sem-terras e feriram mais 50. As responsabilidades pelas mortes fazem parte das acusações contra Lugo, mas a comissão de investigação do massacre foi suspensa assim que o novo governo tomou posse.



A questão agrária é central na política paraguaia. País essencialmente rural, tem uma das piores distribuições de terra do continente. 80% das áreas cultivadas estão nas mãos de 2% da população. Muitos indígenas e camponeses incham as favelas de Assunção



Os latifúndios midiáticos

Nos latifúndios, as principais culturas legais (para não falar da maconha paraguaia) são a soja e o algodão para exportação. Os ministros do governo Lugo, no entanto, haviam barrado a entrada de novas sementes transgênicas, levando a uma forte reação dos três maiores jornais do país, que haviam convocado um “tratoço” para fechar as rodovias paraguaias em 25 de junho. Com a queda de Lugo, o protesto perdeu razão de ser e foi suspenso. Um desses jornais, o ABC Color, pertence ao Grupo Zucolillo, sócio da transnacional Cargill no Paraguai e tem entre seus diretores Héctor Cristaldo, presidente da Unión de Grêmios de la Producción (UGP), a principal entidade ruralista do país. O presidente do grupo, Aldo Zucolillo, por sua vez, é dirigente local da Sociedade Interamericana de Prensa (SIP).

A entidade promove estudos e seminários sobre “liberdade de expressão” para condenar os ataques à “imprensa livre” na Venezuela, Argentina, Cuba, Equador e Brasil. Mas não diz uma palavra sobre o corte de energia à TV Pública do Paraguai, ocupada por manifestantes pró-democracia e única a abrir um microfone para a população e próprio presidente deposto, nem sobre o anúncio de corte na concessão de 200 rádios comunitárias feito pelo novo chefe da Comissão Nacional de Telecomunicações, Carlos Gómez Zelada. Segundo o jornalista Washington Uranga, do diário argentino Página 12, “dezenas de repórteres, comunicadores sociais e produtores estão sendo demitidos da Rádio Nacional, da Televisión Pública, da agência de notícias oficial IP Paraguay e da Secretaria de Informação e Comunicação (Sicom)”. A mídia, que já era hegemônica, tornou-se uma única voz.

Com a imagem desgastada pelas constantes denúncias de filhos feitos quando ainda era bispo (nas ruas muitos o chamam de “padre pedófilo”) em um país profundamente católico (o Vaticano foi o primeiro Estado a reconhecer o “novo governo” paraguaio), o apoio dividido nos movimentos populares e a traição de antigos correligionários no parlamento, não houve como Lugo reverter a situação e retomar o mandato. O golpe, contudo, gerou reações inesperadas e novas correlações de forças dentro e fora do Paraguai.



Consequências do golpe

A ação rápida, unânime e forte do Mercosul e da Unasul (mesmo sem uma posição da OEA) sinalizou claramente que países não-democráticos serão isolados e poderão perder a chance de negociar com um bloco que, com o ingresso da Venezuela, se tornou a 5ª maior economia do planeta. Ao mesmo tempo, uma delegação de deputados da União Europeia visitou o Paraguai após o golpe e montou um relatório que pode levar à interrupção de acordos comerciais e de apoio ao desenvolvimento se não houver uma volta à democracia. O processo de regulamentação da mídia, que anda a passos largos na Argentina, também deve se intensificar no continente. O Equador recentemente anunciou que vai deixar de publicar anúncios na mídia comercial para forçar a aprovação da lei que prevê a distribuição igualitária dos canais de rádio e TV entre emissoras comerciais, públicas e comunitárias.

Ainda assim, várias iniciativas empresariais de interesse de empresas transnacionais foram rapidamente implantadas, revertendo bloqueios do governo Lugo. A primeira foi a liberação dos plantios de sementes transgênicas de algodão e de milho da Monsanto pelo novo ministro Enzo Cardozo. A segunda foi a retomada das negociações para a instalação da produtora de alumínio canadense Rio Tinto Alcán que teria capacidade de absorver metade da energia paraguaia de Itaipu a preços subsidiados (Franco chegou a ameaçar o Brasil e a Argentina a não mais “ceder” a eletricidade excedente que comercializa com os dois países, quebrando os contratos existentes). Em seguida, foi fixado um novo compromisso de não taxar a produção de soja e encerrada a auditoria sobre as origens e a propriedade das terras usadas para plantação do grão pelo “brasiguai” Tranquilo Favero, o Rei da Soja. Há, ainda, a ameaça de vender “a preços de mercado” as terras que seriam para a reforma agrária, a queda da legislação da proíbe estrangeiros de possuir fazendas a menos de 50 quilômetros da fronteira e a possibilidade da implantação de uma base militar estadunidense no país.



Internamente, o golpe reaglutinou as forças populares ao lado do presidente eleito. A Constituição Paraguaia garante aos ex-presidentes um cargo de senador vitalício, mas proíbe a reeleição. Como Lugo não terminou o mandato, isso o coloca juridicamente fora das duas situações. Portanto, teoricamente existe até a possibilidade dele se candidatar à presidência em abril de 2013. Em passagem pelo Brasil na primeira semana de agosto, ele visitou o ex-presidente Lula e conversou com jornalistas da imprensa alternativa. Disse que desistiu de se aposentar da política e que hoje é “mais um soldado pelo processo de mudanças no Paraguai”. No final do mês de agosto, um Fórum Social foi realizado no país, atraindo atenção dos ativistas mas sem repercussão alguma na mídia hegemônica dentro ou fora do Paraguai.

Lugo ainda não tem claro se seria mais interessante disputar novamente a presidência ou, mais provavelmente, um cargo de senador. Contudo ele afirma que o movimento do qual faz parte, a Frente Guasú, nunca esteve tão forte, integrando atualmente 12 partidos políticos e oito movimentos populares. Para fechar, Lugo faz um alerta: “Hoje, depois do que ocorreu no Paraguai, creio que qualquer país deve estar atento. Quando houve o golpe em Honduras me disseram que o próximo seria o Paraguai. A direita internacional não tem limites”.

Com a imagem desgastada pelas constantes denúncias de filhos feitos quando ainda era bispo, em um país profundamente católico (o Vaticano foi o primeiro Estado a reconhecer o “novo governo” paraguaio), o apoio dividido nos movimentos populares e a traição de antigos correligionários, não houve como Lugo reverter a situação e retomar o mandato. O golpe, contudo, gerou reações inesperadas e novas correlações de forças



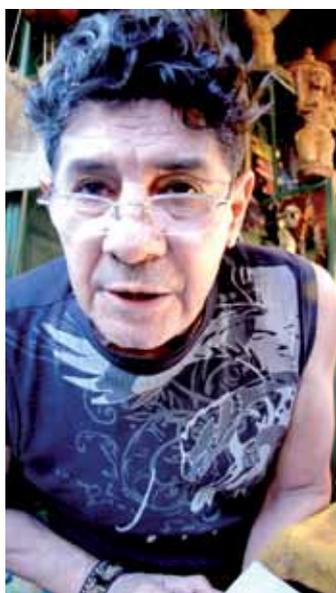
*Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá são jornalistas.

A VOZ DAS RUAS EM ASSUNÇÃO

Assim que houve o anúncio do impeachment, a TV Pública do Paraguai, inaugurada por Lugo em 2011, foi ocupada por seus trabalhadores e a rua recebeu um acampamento de estudantes tornando-se o ponto de encontro de manifestantes a favor do presidente deposto. Foi do *Micrófono Abierto*, instalado pela TV Pública em frente ao prédio da emissora, que ele convocou a população a resistir de maneira pacífica em um discurso emocionante na madrugada de 24 de junho. Nas ruas adjacentes, no entanto, as opiniões divergem, mostrando a divisão na sociedade paraguaia.

“O que aconteceu foi um golpe de Estado e não se pode negar, afinal não houve tempo para a sua defesa”, afirma Patrício Salerno, artesão. “A Igreja Católica não aceita a Teologia da Libertação, a opção pelo pobre. Esta talvez seja a razão da perseguição a ele”.

“Creio que esse senhor, vai fazer uma nova campanha para a Presidência, mas não houve nada? Massacres, mortes? Quem responde por isso?”, questiona Celeste Ramos Arias, dona de casa e guia turística. “O secretário do Mercosul renunciou porque Dilma recebeu a colônia de brasiguaios, mas eles são os que realmente vieram trabalhar no Paraguai, que trabalham 24 horas na terra, cujos filhos estão nos tratores... A Venezuela e Argentina estão tranquilas porque têm petróleo. E nós seguimos dividindo nossas riquezas”.



Acima manifestantes reunidos em frente à TV Pública do Paraguai. À esquerda, o artesão Patrício Salerno. À direita, Celeste Ramos, guia turística



LUGO FALA COM EXCLUSIVIDADE À IDEIAS EM REVISTA

Poucos dias depois do golpe, enquanto tentava montar um “governo paralelo” com os ministros destituídos, ainda sob o impacto dos acontecimentos e em meio a reuniões e telefonemas urgentes, Lugo recebeu essa reportagem por alguns minutos. “Qualquer cientista político pode analisar que não houve argumentos factíveis que justificassem a retirada do cargo”, disse indignado. “Há, ainda, o desrespeito flagrante ao princípio constitucional do direito de defesa. Não houve um tempo mínimo para responder às acusações. Se há um acidente de moto aqui, o responsável tem mais tempo para responder do que o presidente da República, que teve apenas duas horas para apresentar sua defesa no processo”. Ele acredita que quando surgirem as provas do que realmente aconteceu no confronto que levou à morte de 11 camponeses e seis soldados da Polícia Nacional em Curuguaty, principal acusação do processo de impeachment, o fato “vai pegar muito mal na opinião pública nacional e internacional”. Em nova entrevista para os veículos da mídia alternativa brasileira em agosto, contudo, ele já dava sua volta ao poder antes das eleições de 2013 como um “milagre”.

Segundo Lugo nos contou, “a ruptura da ordem democrática no Paraguai é uma grande decepção”, mas de forma alguma é surpreendente. “Enfrentei um pacto de partidos tradicionais aqui do país. Eles não podiam aguentar um ‘sopro de renovação’. Jamais aceitaram que alguém que nunca atuou na militância política tradicional, de fora das oligarquias paraguaias, pudesse ocupar a cadeira de presidente da República”.

Ele justificou também a não convocação imediata do povo às ruas para resistir ao golpe (coisa que faria apenas na madrugada do domingo 24 de junho por meio do



“microfone aberto” da TV Pública do Paraguai) como estratégia para evitar a morte de civis alvejados por atiradores posicionados nos telhados do Congresso. “Já vimos em 1999 o que poderia acontecer”, lembrou referindo-se ao assassinato de sete manifestantes na Praça Cívica durante o processo de renúncia do presidente Raúl Cubas Grau, acusado de tramar a morte de seu vice-presidente Luís Maria Argaña.

Por outro lado, na véspera da reunião do Mercosul que definiu a suspensão do Paraguai nas decisões do bloco devido à quebra da “cláusula democrática” do Protocolo de Ushuaia que o criou, Lugo absteve-se de dar opiniões sobre como deveriam se portar os governantes de Brasil, Argentina e Uruguai.

“Como cidadão paraguaio, não gostaria de ver prejudicados os pequenos produtores de banana, laranja ou pinha de meu país”, afirmou. “Mas sei que existe uma pressão grande sobre os presidentes da região. Assim, espero que eles decidam livremente, com base na suas consciências e nas informações reais que possuem, para determinar se devem ou não aplicar sanções democráticas ao nosso país”.

O Congresso que cassou Lugo era o único a impedir a entrada plena da Venezuela no bloco. Com a suspensão do Paraguai, o Mercosul finalmente ampliou-se além do Cone Sul para uma integração econômica e social que aponta para a Grande Pátria sonhada por Bolívar. Por conta da necessidade de sua presença no país naquele momento para organizar a resistência ao golpe, no entanto, Lugo acabou recusando os convites para participar da reunião, assim como não pode ir à Venezuela na semana seguinte para o encontro do Fórum de São Paulo, entidade que reúne partidos e movimentos de esquerda do continente. **I**

Sancionada a Lei 12.694 (PL 2057/2007) com autorização de porte de arma para servidores da área de segurança judiciária

Com quase cinco anos de tramitação no Congresso Nacional, foi sancionada, no dia 24 de julho de 2012, a lei de número 12.694 (PL 2.057/2007) que dentre outras questões regulamentou a autorização do porte de arma no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público. O projeto de lei em questão foi apresentado ao Congresso Nacional através da Comissão de Legislação Participativa pela Associação dos Juízes Federais (Ajufe).

Foto: Henri Figueiredo



Valter Nogueira Alves*

O texto apresentado à época era muito diferente do atual, que foi quase todo alterado pelo Senado Federal para atender as exigências do governo, que tem tido uma política de não mexer no Estatuto de Desarmamento para incluir novas categorias. Durante esses quase cinco anos de tramitação a luta foi intensa para se conseguir chegar ao atual texto, que só foi possível graças a atuação das entidades representativas dos servidores – Fenajufe, sindicatos e Agepoljus – além da Ajufe, que atuou intensamente tanto para aprovação no Congresso como para garantir a sanção sem vetos ao texto que, embora deficiente e extremamente restritivo, representa um grande avanço para o Estado Brasileiro e o Poder Judiciário em particular.

Podemos destacar que a autorização de porte de arma inserida no PL 2.057/2007 é a mais restritiva de todo

o ordenamento jurídico brasileiro, primeiramente por não se tratar de porte de arma, e sim autorização para portar arma, equiparando o Poder Judiciário e o Ministério Público às empresas de segurança privada, no que se refere à política de controle de uso e porte de armas. Uma dessas nuances é a inovação prevista no projeto em tela de os Tribunais e Ministérios Públicos poderem expedir os portes ao limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança, limite que desde já consideramos inconstitucional por ferir o princípio da isonomia e pelo fato de que o Estatuto do Desarmamento já prevê as exigências e condições objetivas para que os servidores elencados no artigo 6º da Lei de Armas possam portá-las. O projeto original também previa o poder de polícia para os agentes de segurança, previsão esta que foi suprimida pelo Senado Federal.

Quando o deputado Flávio Dino (PCdoB-MA) inseriu, ainda na Câmara dos Deputados, a previsão de 50% em

seu parecer, o porte não era tão restritivo, pois a previsão era de que fosse pessoal e constasse da carteira funcional do servidor – o que não ocorre com o PL 2.057/2007, pois o texto original sofreu várias modificações, introduzidas pelo Senado Federal, como a que inseriu no artigo 6º do Estatuto o seguinte texto:

os tribunais do Poder Judiciário descritos no art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Como pode se verificar acima, o porte é dos Tribunais e Ministério Público, e não pessoal como nas demais categorias de servidores presentes no artigo 6º do Estatuto. Aos

servidores da área de segurança é garantido apenas a autorização para portar arma, como ocorre com os vigilantes de empresa de segurança privada, pois assim dispõe o texto do PL 2.057/2007: “Art. 7º A – As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição.

O legislador, ao optar por inserir na Lei de Armas os dispositivos acima, limitou ao máximo o porte de armas no âmbito do Poder Judiciário e Ministério Público, concedendo aos servidores da área de segurança desses Órgãos apenas a autorização para porte, que se limita ao percentual de 50%, que transcrevemos abaixo:

Art. 8º A Lei nº 10.826, de 22 de

dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

Art. 7º-...

§ 2º O presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança.

O dispositivo em tela, que foi inserido ao projeto de lei ainda na Câmara dos Deputados pelo Deputado Flávio Dino, à época Relator na Comissão de Constituição e Justiça, já não se fazia necessário, pois não haverá porte pessoal, conforme aqueles descritos nas categorias do artigo 6º do Estatuto do Desarmamento, e sim uma **autorização de porte**, conforme está previsto para os funcionários das empresas de segurança privada, disposto no artigo 7º da Lei de armas, que transcrevo abaixo:

Art. 7º-A – Lei nº 10.826 – As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, **serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço**, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, **sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.**

Esse mesmo artigo foi inserido no Estatuto do desarmamento pelo artigo 8º do PL 2057/2007, conforme transcrevo abaixo para fins de comparação:

Art. 8º A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º **serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço**, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, **sendo o certificado de registro e a autorização de porte expe-**

ditos pela Polícia Federal em nome da instituição.

Pela transcrição dos dois artigos acima não há dúvidas de que o que o PL 2057 faz, tão somente é equiparar o Poder Judiciário às empresas de segurança privada, no que se refere a autorização de uso de armamento por seus funcionários, só que no caso do Judiciário, de forma muito mais restritiva.

O projeto exige que os servidores, para poderem ter a autorização para o porte em serviço, com a arma da instituição, cumpram todos os requisitos estabelecidos pelo Estatuto do Desarmamento, e de forma cumulativa.

Mais uma vez, mantendo o caráter restritivo do Estatuto do Desarmamento, o legislador para garantir o controle, equiparou o Judiciário às empresas de segurança privada, vejamos os dispositivos abaixo, ambos para fins de comparação:

1º O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança privada e de transporte de valores responderá pelo crime previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas e civis, se deixar de registrar ocorrência policial e de **comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.**

§ 2º A empresa de segurança e de transporte de valores deverá apresentar documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei quanto aos empregados que portarão arma de fogo.

§ 3º A listagem dos empregados das empresas referidas neste artigo deverá ser atualizada semestralmente junto ao Sinarm.

Segue abaixo o mesmo dispositivo acima, só que adaptado para o PL 2057/2007, mas com as mesmas exigências ao Poder Judiciário e ao Ministério Público:

§ 4º A listagem dos servidores das instituições de que trata este artigo deverá ser atualizada semestralmente no Sinarm.

§ 5º As instituições de que trata este artigo são obrigadas a

registrar ocorrência policial e a comunicar à Polícia Federal eventual perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.”

Além de equiparar o Poder Judiciário e o Ministério Público às empresas de segurança privada, o legislador vai além, e com o intuito de manter o Estatuto com um caráter limitativo, determinou que a autorização para porte de arma em serviço, somente seja no percentual de 50%, embora os agentes de segurança tenham de cumprir os dispositivos mais restritivos presentes na Lei de Porte de Arma. A limitação chega ao ponto, que o agente de segurança do Poder Judiciário terá de atender às exigências impostas às Guardas Municipais, às Seguranças Privadas, ao cidadão comum, apresentar certidões que se exigem para compra de arma de fogo e, ainda, não estar respondendo a “**inquérito policial**” ou **processo criminal**, conforme pode se verificar no parágrafo 3º do artigo 7ºA

do PL 2057/2007:

§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei, **bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.**

Os requisitos do art 4º do Estatuto do Desarmamento, que trata do registro de armas, é condição *sine qua non* para que o agente de segurança do Poder Judiciário tenha a autorização para o porte de arma em serviço, sendo exigidos de forma cumulativa, ou seja, os três incisos devem ser cumpridos, vejamos o que diz o artigo 4º e seus incisos:

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idonei-

O legislador, ao optar por restringir ao máximo a autorização para porte de arma em serviço para os Agentes de Segurança do Poder Judiciário, estabeleceu uma fórmula extremamente discriminatória para a concessão desta autorização. Chegou ao ponto de exigir comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pelas Justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral.

dade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

O mesmo Estatuto exige que as categorias elencadas nos incisos V, VI, VII e X artigo 6º da Lei de armas, apenas o cumprimento do inciso III do mesmo artigo, as demais categorias elencadas nos incisos I, II, III, IV, e XI do mesmo artigo, não cumprem nenhuma exigência, conforme parágrafo 4º do artigo 6º:

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

O legislador, ao optar por restringir ao máximo a autorização para porte de arma em serviço para os Agentes de Segurança do Poder Judiciário, estabeleceu uma fórmula extremamente discriminatória para a concessão desta autorização. Chegou ao ponto de exigir comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pelas Justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral. Requer não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal. Requer também a apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa e comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento.

Tudo isso de um servidor público no exercício das funções de segurança, pois como já foi dito anteriormente,

Com a previsão apenas da autorização de um porte institucional, vinculado ao Tribunal, e uso exclusivo em serviço e, ainda, condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º da Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento da Lei, não há nenhuma justificativa para manter o dispositivo que limita a autorização para porte de arma do Poder Judiciário no percentual de 50% conforme prevê parágrafo 3º do artigo 7ºA do PL 2.057/2007.

para ser ter a autorização de porte da Lei 12.694 (PL 2.057/2007), o agente terá um duro caminho pela frente, cumprindo cumulativamente os requisitos estabelecidos para todas as categorias do Estatuto, conforme descrito no parágrafo 3º do artigo 7ºA e demais dispositivos da o PL 2.057/2007 transcritos anteriormente. Vejamos de forma comparada com o PL 2.057/2007 os demais dispositivos e requisitos do Estatuto do Desarmamento que o projeto em tela exige para concessão da autorização do porte, a começar pelo que se exige das Guardas Municipais:

Art. 6º ...

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Comando do Exército.

§ 7º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço

Veja o que o PL 2.057/2007 estabele-

ce em seu artigo 8º, que insere o artigo 7ºA e um parágrafo terceiro?

§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

O agentes de segurança do Poder Judiciário terão que cumprir todas essas exigências, e a autorização de porte será emitido pela Polícia Federal, ao passo que as outras categorias previstas no Estatuto do Desarmamento, salvo as empresas de segurança privadas, não precisam desta autorização.

A concessão do porte é ao Poder Judiciário, e não aos seus agentes, pois estes terão apenas AUTORIZAÇÃO, que é mais restritiva que o porte para pessoas que residem em área rural, pois estas não cumprem nenhum dos requisitos previsto para o Poder Judiciário, conforme pode-se comprovar com o descrito no parágrafo 5º do artigo 6º parágrafo do Estatuto:

§ 5º Aos residentes em áreas

rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis), desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

I - documento de identificação pessoal;

II - comprovante de residência em área rural; e

III - atestado de bons antecedentes.

As exigências chegam ao ponto de ser mais fácil ter um porte privado, que é garantido a todo cidadão que tenha necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física, conforme prevê o artigo 10 e seus incisos:

Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

II – atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;

III – apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

Hoje, pelos requisitos exigidos pelo dispositivos acima, os agentes podem solicitar um porte de arma junto ao Sinarm, pois cumpre os critérios estabelecidos na lei, ou seja, exerce uma atividade profissional de risco, a

própria Polícia Federal prevê em sua Instrução Normativa 23 o porte de arma para servidores públicos que exerçam cargo efetivo ou em comissão na área de segurança, senão vejamos:

IN 23 Art. 18 Para a obtenção do Porte de Arma de Fogo:

I - o interessado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Porte de Arma Categoria Defesa Pessoal: 1) exigências constantes das alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 6º desta IN; 2) declaração de efetiva necessidade de arma de fogo por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física, anexando documentos comprobatórios; 3) cópia autenticada do registro da arma de fogo de sua propriedade; e 4) o interessado deverá ser submetido a uma entrevista com o policial designado, na qual serão expostos os motivos da pretensão e verificada, em caráter preliminar e não vinculante, a efetiva necessidade, por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça a sua integridade física;

§ 2º São consideradas atividade profissional de risco, nos termos do inciso I do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.826 de 2003, além de outras, a critério da autoridade concedente, aquelas realizadas por:

I - servidor público que exerça cargo efetivo ou comissionado nas áreas de segurança, fiscalização, auditoria ou execução de ordens judiciais;

Dessa forma, tanto agentes como oficiais de justiça podem solicitar porte de arma para uso pessoal, pois estão enquadrados como profissionais em situação de risco. Sem sombra de dúvidas o PL 2.057/2007 é o mais restritivo que existe hoje na legislação que trata do tema.

Quando o deputado Flávio Dino inseriu essa previsão em seu parecer, o porte não era tão restritivo, pois a previsão era que o porte fosse pessoal e constasse da carteira funcional do servidor, o que não ocorre com o PL 2.057/2007, pois o texto da Câmara dos Deputados sofreu modificações no Senado Federal.

Com a previsão apenas da autorização de um porte institucional, vinculado ao Tribunal, e uso exclusivo em serviço e, ainda, condicionado à



Foto: Max Leone

apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º da Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento da Lei, não há nenhuma justificativa para manter o dispositivo que limita a autorização para porte de arma do Poder Judiciário no percentual de 50% conforme prevê parágrafo 3º do artigo 7ºA do PL 2.057/2007.

O dispositivo é de caráter extremamente discriminatório e fere a isonomia, pois todos são servidores efetivos que exercem as funções de segurança e devem ser tratados com igualdade, pois a própria Lei e o Estatuto do Desarmamento prevê as condições para que os agentes de segurança do Judiciário, caso cumpram as exigências, tenham a autorização para porte de arma na categoria funcional, para uso exclusivo em serviço, que será expedido pela Polícia Federal, que terá o controle semestral de todas as armas e a listagem dos servidores que tenham o porte.

A limitação prevista pode inviabilizar a própria vontade do legislador, que é garantir mais segurança ao Poder Judiciário, pois alguns Tribunais, em Estados menores, chegam a ter em seus quadros apenas oito agentes de segurança. No caso do Rio de Janeiro, que

é um Estado de grande porte, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) possui apenas 12 agentes de segurança, como eles trabalham em plantões, dias e horários diferentes da semana, a restrição de 50% do número de seguranças inviabiliza o trabalho.

Com a possibilidade de todos estarem capacitados e preparados para portarem arma, poderá haver uma economia significativa com segurança terceirizada.

A lei também prevê a regulamentação por parte do CNJ e CNMP, e esses regulamentos podem ser até mais restritivos que o limite imposto pela Lei pois, na nossa ótica, mesmo que todos os agentes cumpram os requisitos e estejam autorizados a portar armas, nem todos precisam estar armados já que trata-se de autorização de porte e não porte pessoal. Os conselhos superiores poderão regulamentar as situações em que deverá se ter um agente de segurança armado, além daquelas situações em que a própria Lei já prevê, como o caso de juízes e familiares ameaçados. O correto e justo é que todos tenham capacitação e estejam aptos a, se for o caso, poderem portar armas.

Nesse sentido, conclui-se que a autorização do porte de arma de fogo aos agentes de segurança com limitação de percentual não tem justificativa, pois não é adequado para garantir o pleno exercício das atribuições dos agentes

Em 16 agosto de 2012, coube aos agentes Joel Lima de Farias (diretor sindical), Carlos Henrique Ramos da Silva, o Carlão (diretor sindical), Ailton Alves de Melo (supervisor de segurança) e Iari Ferreira da Silva, a segurança da sessão de julgamento presidida pelo juiz Erik Navarro Wolkart, no Tribunal do Júri Federal da avenida Venezuela. "A nova lei vai corrigir essa situação em que estamos trabalhando hoje. Estamos aguardando a regulamentação do porte de armas. Nossa responsabilidade é grande. Temos de cuidar da segurança do corpo de jurados, magistrados, advogados e jurisdicionados. Tudo sem estar armados", ressaltou Carlão, que é coordenador do NAS do Sisejufe

e Inspectores de segurança judiciária, que já observam todas as diretrizes emanadas da legislação pertinente à espécie – com ênfase à capacitação técnica e aptidão psicológica e demais requisitos e exigências para o porte de arma de fogo, cuja aferição atende aos ditames das regras inseridas no Estatuto do Desarmamento, PL 2.057/2007 e Decreto nº 5.123, de 10 de julho de 2004.

Assim, o porte de arma aos servidores designados como inspetores e agentes de segurança judiciária é dirigida a um grupo legalmente destacado para tais funções, obedecendo à sistemática adotada em relação aos servidores com a mesma incumbência no Poder Legislativo e Poder Executivo, motivo pelo qual as entidades representativas dos servidores e também a Ajufe devem questionar judicialmente, propondo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o dispositivo que limita em no máximo 50% (cinquenta por cento) o número de servidores que exerçam funções de segurança. **¶**

***Diretor-presidente do Sisejufe e coordenador executivo da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe).**

Rio tóxico: o lado negro do “desenvolvimento” petrolífero

Nas escadarias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Ideias em Revista aguarda a chegada do pescador de 42 anos, Alexandre Anderson de Souza, presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar (Ahomar). O ponto de encontro foi sugerido por ser considerado seguro.

No entanto, a entrevista foi feita no quarto de um hotel no Centro do Rio, um dos quais se transformou em endereço provisório do pescador e sua família. Tanta cautela com a segurança não é exagero. Em 3 de agosto, o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos precisou retirar Alexandre e a família às pressas do município de Magé, onde vive, devido ao risco de morte. Uma semana antes, ele havia sofrido um atentado.

Tatiana Lima*

O Rio de Janeiro tem sido alvo de diversos investimentos da indústria petroquímica, são os chamados negócios offshore. O elogiado “progresso” não necessariamente é sinônimo de melhoria da qualidade de vida, principalmente de comunidades que vivem no entorno das instalações de empreendimentos da Petrobras. É o caso da população de pescadores artesanais da Praia de Mauá, em Magé, município da região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa situação ficou mais evidente quando, em 25 de junho deste ano, dois pescadores foram encontrados amarrados e mortos nas águas da Baía de Guanabara, três dias após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, na cidade.

Almir Nogueira de Amorim, 40 anos, e João Luiz Telles Penetra (Pituca), 45,

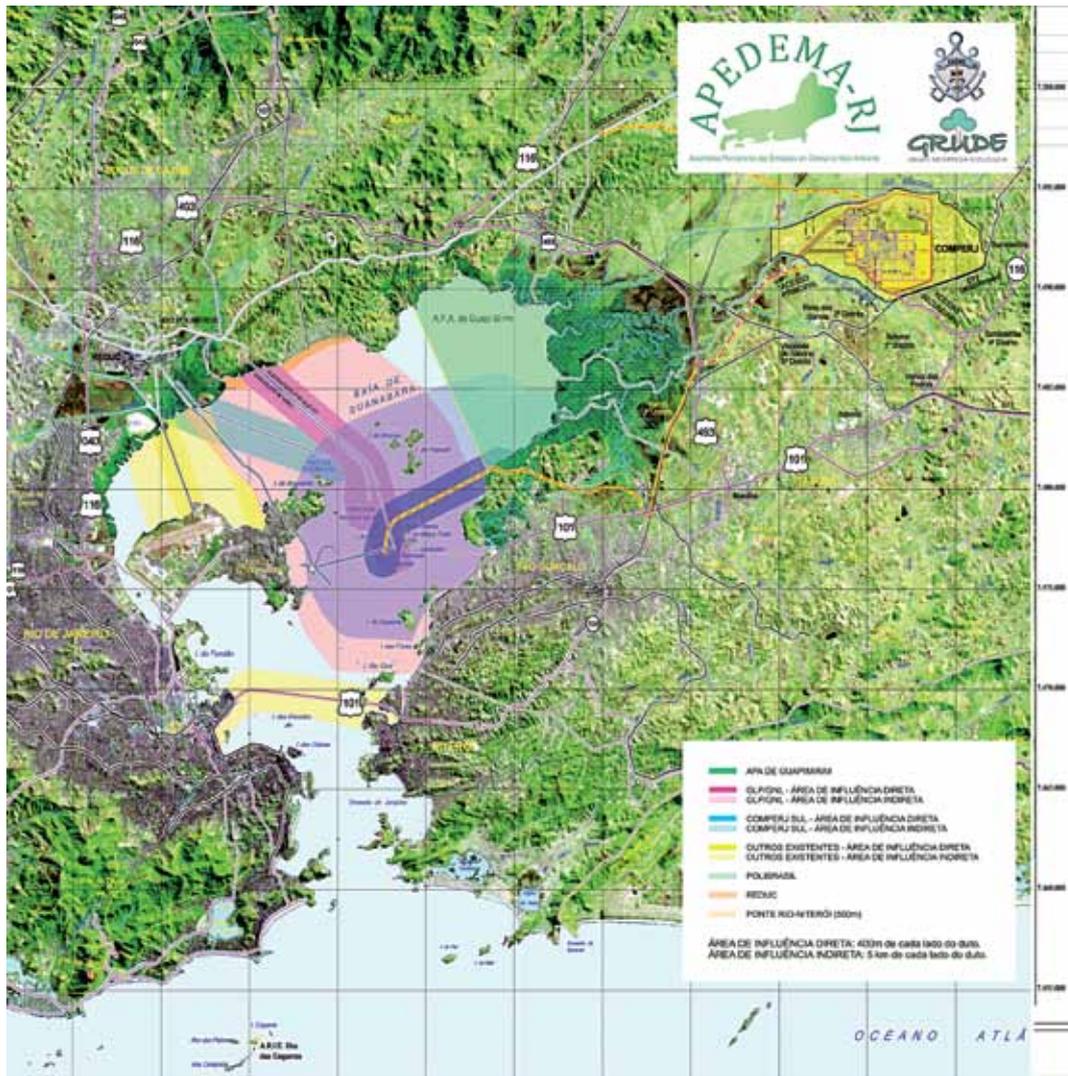
faziam parte da Associação de Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), composta por pescadores artesanais da Praia de Mauá, em Magé, que lutam contra a construção de gasodutos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Para a Ahomar, os homicídios dos pescadores têm relação direta com a causa da entidade contra a instalação do Comperj.

A Associação Homens e Mulheres do Mar participou entre os dias 15 e 17 de junho, da atividade Rio+Tóxico Tour, organizada por movimentos sociais, na Cúpula dos Povos – encontro paralelo à Rio+20. A ideia era mostrar que, a poucos quilômetros de onde os chefes de Estado se reuniam na Rio+20, era possível encontrar a prova material das contradições do discurso verde do governo federal e do estado do Rio. Na atividade, os pescadores também denunciaram que milícias armadas, contratadas por empresas e consórcios encarregados de construir gasodutos da Petrobras, estariam agindo na região e ameaçando as lideranças que lutam pelo seu direito básico: o de pescar.

Fotos: Tatiana Lima



Pescadores de Magé protestam em frente à Petrobras no Rio de Janeiro, após as mortes de Almir e Pituca na Baía de Guanabara



O mapa de exclusão da pesca na baía mostra impactos diretos de cinco instalações da empresa: dois dutos de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e dois dutos de Gás Natural Liquefeito (GNL); dois dutos do Comperj Sul; a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc); além dois píeres da Polibrasil e dos Navios GNL. Para cada duto, os pescadores artesanais precisam manter uma distância mínima de 400 metros em cada um dos lados, o que cria uma zona de exclusão da pesca de 46%.

A realidade é que a imagem bem-sucedida do Rio de Janeiro, com a economia recuperada, vendida internacionalmente na Rio+20, contrasta com uma série de crimes ambientais e de impactos sociais. É o lado negro do “desenvolvimento” petrolífero da Cidade Maravilhosa. Na ocasião, os pescadores membros da Ahomar denunciaram que, além da poluição do ambiente e dos danos causados à saúde, as construções de gasodutos para refino de petróleo pela Petrobras já causaram a diminuição de 80% da pesca na Baía de Guanabara.

“Um pescador antigamente conseguia sustentar sua família com a pesca, ofício que aprendeu com os avós e foi passado de geração em geração. Você conseguia tirar três salários mínimos. Hoje é muito difícil. Eu convivo com meu filho pedindo um tênis, uma roupa e não tenho como comprar. Às vezes, falta até para a comida”, conta Paulo Tizil, pescador membro da Ahomar.



Paulo Tizil membro da Ahomar

“É muita obra. Antigamente você tinha o mar todo. Hoje em dia, devido às obras, existe uma área muito grande da qual o pescador não pode se aproximar, o que limita a possibilidade da pesca. Inclusive dos melhores locais, onde o pescador sabia que podia jogar a rede ali

e conseguir pescado, não podemos nem chegar perto. São áreas de exclusão”, afirma Claudia Firmino, pecadora da região de Magé.

O vereador Edison da Creatinina (PV-RJ) preside a Comissão de Avaliação da Pesca na Cidade do Rio de Janeiro e apura os fatos sobre a ampliação das áreas de exclusão criadas por grandes empresas, dentre elas a Petrobras, que estão aumentando a miséria das famílias nesse importante segmento da pesca no Rio de Janeiro.

As consequências da instalação do Comperj em Itaboraí, e da construção da hidrovia no rio Guaxindiba contrariam, inclusive, os compromissos assumidos na Rede Brasileira de Empresas Signatárias do Pacto Global da ONU, da qual a Petrobras faz parte. No documento assinado pela Petrobras, foram estabelecidos dez compromissos empresariais para a promoção da economia verde e inclusiva. O documento foi apresentado à ministra do Meio Ambiente, Izabella

Teixeira, em 18 de junho, pelo próprio gerente executivo de Responsabilidade Social da Petrobras, Armando Trípodí, durante o Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio+20.

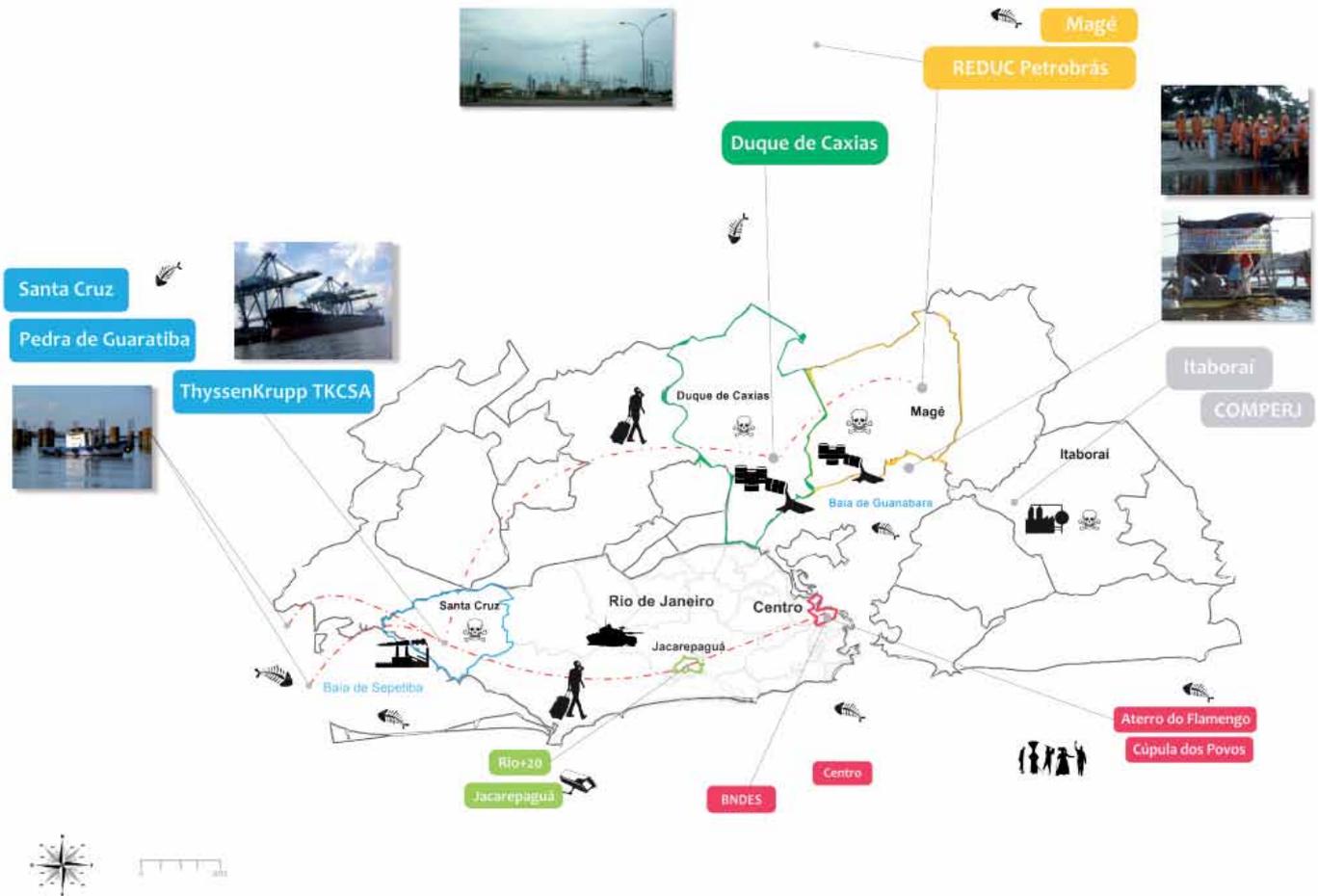
Foto: Divulgação Vereador Edison da Creatinina



Presidente da Comissão de Pesca da Câmara Municipal do Rio

Baía: mar de conflitos e interesses

Infográfico: Portal Rio+ Tóxico



No caso da instalação do Comperj, a Petrobras tem licenciamento prévio para a obra concedido pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea). A licença impõe condicionantes à empresa para autorização da obra, que incluem a inviolabilidade do rio Guaxindiba, localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) Guapimirim e a Estação Ecológica Guanabara, duas unidades de conservação federais.

Porém, a Petrobras enfrenta problemas para transportar equipamentos pesados do porto do Rio de Janeiro para o complexo. Por isso, a estatal quer agora construir uma hidrovía e píer no rio Guaxindiba, alterando o traçado do projeto original. O Ministério Público Federal (MPF) investiga a licença pedida pela empresa Megatraz ao Inea para execução da obra para a Petrobras.

A licença prévia nº FE013990, dada pelo Inea, estabelece por meio da condicionante 30.3 a não permissão

da “circulação de embarcações destinadas ao transporte de materiais para o Comperj”, tanto “durante as fases de instalação” quanto de “operação”. O documento explicita que o Inea não deve dar continuidade ao processo nº 07/505.684/11, referente ao “RAS – Obras de Dragagem para Abertura do Canal de Navegação, Baía de Guanabara, Foz e Calha do rio Guaxindiba e Implantação do Cais Guaxindiba”.

Contudo, existe uma pressão econômica e política para a flexibilização da legislação ambiental na condicionante quanto ao rio Guaxindiba. Segundo informações dadas pela gerente de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Comperj, Daniella Medeiros, na audiência pública realizada em 6 de agosto, na sede do MPF, no Centro do Rio, caso o cais e a hidrovía no rio Guaxindiba não sejam autorizados, a obra do Comperj mais uma vez não poderá ser entregue no prazo previsto, em final de 2014. A primeira

previsão de entrega e funcionamento do Comperj era para 2011.

No mês de julho, em reunião realizada com executivos da Petrobras envolvidos na construção do Comperj, a presidente da empresa, Graça Foster, ordenou que o prazo para entrada em operação da primeira das duas refinarias do projeto, setembro de 2014, deixasse de ser considerado pela estatal tanto nas reuniões do Conselho de Administração quanto nas divulgações oficiais. Graça Foster determinou ao novo diretor de Engenharia, José Antônio Figueiredo, a realização de uma auditoria em todas as fases da obra.

O novo adiamento do Comperj tem origem em diversos fatores. Incluem a inoperância de parte dos 24 consórcios contratados, demora das obras de infraestrutura indispensáveis (como estradas e um porto na Baía de Guanabara), greves prolongadas e dificuldades na obtenção de licenças ambientais.

O pedido de licença para a construção

da hidrovía no rio Guaxindiba é posterior à licença prévia dada pelo Inea ao Comperj. Foi a empresa Megatraz quem fez a solicitação, o que motivou o procurador da República Lauro Coelho Junior a pedir esclarecimentos à Petrobras. “Quero saber qual é a relação, a natureza contratual da Megatraz com a Petrobras. Por que se insiste neste licenciamento se há uma alternativa a essa proposta?”. A gerente Daniela Medeiros disse não ter informações para responder ao questionamento.

De acordo com informações do Estado de S. Paulo, extraoficialmente, os custos do Comperj aproximam-se dos US\$ 20 bilhões, quantia que a Petrobras não confirma. São cerca de 15 mil trabalhadores terceirizados, em 22 consórcios. Dissolvidos em maio, os dois consórcios não foram substituídos até hoje. Quatro greves realizadas desde novembro do ano passado resultaram em 85 dias parados.

Para além do verde

Mas as contradições da instalação do Comperj não param por aí. Na audiência pública do MPF, o oceanógrafo Mário Luiz Soares, do Núcleo de Estudos em Manguezais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), expôs que a própria Petrobras, no relatório de Índice de Sensibilidade Ambiental (ISA) de 2006, diz ter conhecimento de que a região de Itaboraí, escolhida para localidade do empreendimento, não é a mais indicada devido ao ecossistema de manguezais da região – últimos remanescentes do meio no Rio de Janeiro.

O relatório classifica o ecossistema da área como um dos meios marinhos mais sensíveis em caso de derramamento de óleo. “As informações contidas nestes mapas são insumos preciosos para o planejamento de inúmeras atividades ligadas à cadeia de valor da indústria de petróleo e gás, indo desde a localização de novos empreendimentos até a gestão dos aspectos socioambientais. A análise feita da área mapeada ainda destaca os manguezais como o ecossistema com nível de sensibilidade S10, a mais sensível ao derramamento de óleo de petróleo”, diz o relatório anterior ao licenciamento do Comperj, lido pelo oceanógrafo na audiência pública. “Ou seja, a própria Petrobras assume que a região da bacia hidrográfica não é apropriada para instalação de um complexo petroquímico”, destacou Mario Luiz Soares.

O oceanógrafo também destacou que o Ministério do Meio Ambiente em levantamento feito pelo Projeto Biodiversidade classifica a Baía de Guanabara como uma área de alta importância biológica tanto nos dados apurados em 2000 quanto na revisão feita em 2006. Além disso, a localização do Comperj fere ainda os apontamentos do Plano Diretor Estadual de Recursos Hídricos da Baía. No plano de 2005, a região da bacia hidrográfica do rio Suruí e Guapimirim é citada como área de águas que deve ser protegida, impedindo a localização de indústrias poluidoras. O texto do relatório ressalta ainda preocupação em uma possível instalação de indústrias na região devido ao baixo custo dos terrenos e incentivos fiscais.

Para Mário Luiz Soares, independentemente dos documentos, os interesses econômicos de logística foram os fatores decisivos para a escolha locacional.

Mário Luiz Soares (oceanógrafo):

“É só olhar o mapa que nós podemos ver todas as facilidades de transportes existentes na região Metropolitana do Rio de Janeiro. Se tenho toda essa facilidade logística, é possível aumentar o lucro e diminuir gastos. Claramente é uma questão de lucro e não social, além dos interesses políticos que estão envolvidos nessa escolha do local.”

“É só olhar o mapa que nós podemos ver todas as facilidades de transportes existentes na região Metropolitana do Rio de Janeiro. Se tenho toda essa facilidade logística, é possível aumentar o lucro e diminuir gastos. Claramente é uma questão de lucro e não social, além dos interesses políticos que estão envolvidos nessa escolha do local”, concluiu.

Para o procurador da República Lauro Coelho, os problemas do Comperj que surgem agora – após o início das obras em 2008 – decorrem da falha inicial do licenciamento. Para Lauro Coelho existe a incompatibilidade do empreendimento com o Plano de Gerenciamento Costeiro, com o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e com o Plano Diretor Estadual de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara. Ele afirmou que o Comperj atrairá novas indústrias e aumentará o fluxo migratório para uma região carente de infraestrutura, agravando problemas sociais já existentes.

O intuito da audiência no MPF foi discutir as possíveis falhas no cumprimento das condições preestabelecidas

para a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), assim como o andamento dos processos de licenciamento ambientais necessários para as obras. Mais de 200 pessoas compareceram à audiência.

Na ocasião, Breno Herrera, chefe da APA Guapimirim, também mostrou por meio de mapas os impactos ambientais criados pelo empreendimento petroquímico devido ao fracionamento do licenciamento. Para ele, essa divisão dificultou a análise da viabilidade do complexo como um todo. Desta forma, proporcionando uma falta de estudo sobre os impactos sociais indiretos do Comperj: crescimento urbano descontrolado a partir de fluxo migratório para uma região carente de infraestrutura, agravando os problemas sociais na região.

Luiz Firmino, subsecretário de estado do Ambiente que representou o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), afirmou que o licenciamento do Comperj não teria sido feito de forma fragmentada. Porém, não deu esclarecimentos detalhados quanto à liberação. Ele ainda

explicou que será criada uma unidade de conservação municipal, de forma a complementar o processo de reflorestamento da área impactada. Luiz Firmino, também relatou na audiência pública as medidas adotadas pelo governo federal e estadual para promover o desenvolvimento sustentável do entorno do Comperj.

Daniella Medeiros, gerente de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Comperj, também apresentou planos de monitoramento e gestão ambiental realizados pela Petrobras como cumprimento das condicionantes ambientais atreladas às instalações do Complexo. As ações incluem o reflorestamento de uma área com 4500 hectares de mudas de árvore.

No final da sessão, o procurador da República Lauro Coelho afirmou que aguarda posicionamento do Inea sobre as informações detalhadas solicitadas referente à construção da hidrovía no rio Guaxindiba pela empresa Megatran. Entretanto, de acordo com ele, existem “elementos suficientes para concluir pela ilegalidade da obra”.

Os dois últimos assassinatos de pescadores

Foto: Tatiana Lima

Foi neste cenário de acirramento dos conflitos socioambientais entre a Petrobras e os pescadores artesanais da Baía de Guanabara, de pressões políticas para que condicionantes do licenciamento do empreendimento sejam flexibilizadas, que Almir e Pituca foram assassinados. Os dois pescadores desapareceram em 22 de junho, no mar, quando saíram de barco da Ilha de Paquetá para pescar. No dia seguinte, 23 de junho, eles não retornaram.

Alertado pelas famílias, o presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), Alexandre Anderson, juntamente com outros pescadores começaram a procura dos companheiros. “Em nenhum momento achamos que eles foram assassinados. Pensávamos que o barco tinha virado e que eles estavam presos em alguma pedra”, diz Alexandre.

No entanto, após mais de 24 horas de buscas, chegou a notícia da primeira morte, em 24 de junho. A ponta de um remo foi avistada dentro de um curral de pesca próximo à praia de São Lourenço. Quando o remo foi içado, o barco emergiu revelando o corpo do membro de ficha nº 58 da Ahomar, Almir Nogueira de Amorim, de 40 anos. O pescador estava com as mãos e pernas amarradas para trás, além do pescoço, junto ao banco do barco, que tinha perfurações de tiros.

“Ele foi executado lentamente. Ele não morreu a tiros ou facada. Ele foi



Presidente da Ahomar exige investigação das mortes dos pescadores



Pescadores integrantes de movimentos sociais lotam as galerias da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em audiência pública em 1º de agosto

morto afogado! Foi uma tortura. Ele viu a morte lentamente. Afundaram o barco com tiros. Ele foi engolindo pouco a pouco litros e litros de água. Foi a morte mais cruel ocorrida na Baía de Guanabara”, contou emocionado Alexandre Anderson. A companheira dele, Dayse Menezes, também pescadora, era prima de Almir.

A partir daí, a esperança do grupo era encontrar o pescador João Telles Penetra, pois ele poderia explicar o que havia acontecido. “Pituca além de pescador era ótimo mergulhador. Eu não queria acreditar naquilo. Achava que íamos encontrá-lo vivo”, desabafou Alexandre Anderson.

Mas no dia 25 de junho, próximo à Praia de Gradim, em São Gonçalo, um corpo foi visto boiando no mar. Era o de Pituca. Ele também estava com os pés e mãos amarrados para trás, mas em posição fetal. “Ele foi jogado vivo no mar com roupa de mergulho que não afunda. Estava amarrado como se estivesse num pau de arara”, disse Alexandre. O corpo de Pituca foi enterrado com uma foto em cima do caixão, na qual ele segurava um peixe.

“Essas mortes foram um aviso porque além de não esconder o corpo dos dois, eles afundaram o barco a tiros. Podiam



Dayse Menezes: prima do pescador Almir, morto na Baía de Guanabara

ter usado uma pedra, mas não. Eles amarram o corpo no barco e colocaram dentro do curral para alguém achar. Não tiveram qualquer preocupação de esconder”, afirmou Alexandre. A denúncia de organização de grupos armados atuando na Baía de Guanabara está sendo investigada pela Polícia Civil.

As mortes dos dois pescadores são investigadas pela Delegacia de Homicídios na Barra da Tijuca. À época, a polícia levantou a hipótese de que os assassinatos poderiam ter correlação com uma disputa por área de pesca

entre pescadores artesanais de currais (armadilhas fixas por cerco) e os que trabalham de barco no mar.

Alexandre Anderson, presidente da Ahomar, diz não acreditar nessa possibilidade porque membros da associação receberam telefonemas com outras ameaças, além de que nunca houve qualquer desentendimento entre os pescadores artesanais de currais e do mar. O MPF instaurou inquérito civil para acompanhar a investigação dos órgãos estaduais. Porém, o caso está no âmbito de apuração federal.

Conflitos antigos

A perseguição aos pescadores não é recente: Paulo César Souza e Márcio Amaro, ambos membros da Ahomar, foram igualmente assassinados. Paulo foi morto a tiros na frente dos dois filhos menores e da esposa, em 22 de maio de 2009. O crime aconteceu seis horas após uma vitória governamental decidir interromper a construção do gasoduto GLP devido a irregularidades. Os pescadores da Ahomar haviam feito um protesto por 38 dias contra a obra.

Márcio foi morto também a tiros em 19 de janeiro de 2010, um dia após ele entregar na sede da Petrobras um documento com a listagem de nomes e fotos de grupos armados que estariam fazendo a segurança de balsas e canteiros de obras da empresa. Os dois crimes jamais foram esclarecidos. Ao todo, quatro membros da Ahomar foram assassinados desde 2007, ano da fundação da entidade.

Mesmo com o alto índice de violência na região de Mauá e todas as ameaças sofridas pelos defensores dos direitos humanos, o único Destacamento de Policiamento Ostensivo que cobria a região foi fechado em 13 de fevereiro 2012.

A relação de pescadores e a Petrobras é conflituosa desde 2000. Ano do vazamento de 1,3 milhão de litros de petróleo na região de Magé. O derramamento de óleo destruiu a fauna, flora e a vida dos pescadores. Muitos reclamam que a estatal nunca ressarciu devidamente os prejuízos. Em 2007, começaram as obras dos gasodutos de petróleo na área.

Desde então, além de lidar com impactos ambientais, quem vive como pescador precisou aprender a lidar com restrição quanto à navegação no mar, em virtude das obras. Por isso, os pescadores resolveram criar a Associação Homens e Mulheres do Mar (Ahomar). A entidade representa mais de 3 mil famílias de sete municípios da Baía de Guanabara: Magé, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Guapimirim.

A Ahomar teve vitórias jurídicas na área trabalhista contra o governo do estado, que passou a descumprir a Lei 10.779/2003 desde 2008. A lei estabelece o pagamento de seguro-



Foto: Divulgação Vereador Edison da Creatinina

**Alexandre Anderson:
“Deram um recado para nós
com a morte dos nossos
companheiros. Vocês não
são os homens do mar?
Então, vocês vão morrer no mar.”**

-desemprego ao pescador artesanal, no período de defesa da proibição da pesca da sardinha.

“Estão levando nossa alma de luta”

“Deram um recado para nós com a morte dos nossos companheiros. Vocês não são os homens do mar? Então, vocês vão morrer no mar. Digo isso porque todos os nossos protestos são feitos no mar. Eles quiseram mostrar que nem mais o mar, que sempre foi um ambiente seguro para nós, é mais. Certa vez disse que nossa alma eles não levavam, mas me enganei. Eles estão levando nossa alma de luta”.

Foi com essas palavras que Alexandre Anderson discursou na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro, em 29 de junho, dia em que diferentes entidades de movimentos sociais, realizaram manifesto de repúdio as mortes dos pescadores. Os movimentos e a Ahomar reivindicaram investigação efetiva do Estado no caso e a interrupção das obras das instalações do Comperj.

Muito abalado, Alexandre, por diversas vezes precisou parar de falar devido às lágrimas e a emoção. Queria desistir da luta. “Se for decidido em assembleia, paramos. Chega! Não aguento mais enterrar pescador. Quando enterramos um

companheiro é como se fosse um pedaço da gente sendo enterrado. Se for para morrer alguém que seja eu, já marcado”, desabafou aos prantos. E concluiu: “Eles estão caçando a gente. Hoje, estamos morrendo em terra e no mar”.

Alexandre Anderson, presidente da Ahomar, foi incluído no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) do governo federal há quatro anos. O nome dele é citado em relatório de 2011, da Pastoral da Terra, sobre militantes de direitos humanos em risco de morte no país. Ele já sofreu três atentados e, por isso, só anda com escolta policial. O último atentado aconteceu em 26 de julho, um mês após os recentes assassinatos dos pescadores na Baía de Guanabara e a sessão da OAB-RJ.

Há informação da Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) – responsável pela gestão do programa no Rio – de outros pescadores em situação de risco. Porém, nenhum deles quis entrar no programa. Alexandre Anderson diz ser por causa das falhas. No Rio de Janeiro, ele não possui escolta policial. Segundo, a subsecretária da SEASDH, Andrea Sepúlveda, a escolta policial acompanhando Alexandre Anderson no Rio, não é necessária. Ela afirmou

que a proteção somente é indispensável no município de Magé, onde o defensor de direitos humanos promove as ações de militância e, portanto, corre risco de morte.

“De Magé ao Rio, de carro, se faz em 40 minutos. Um matador vem aqui, me executa e vai embora. É o tempo só de tocar o telefone na Secretaria dizendo que a gente está morto e o cara já vai estar chegando a Magé”, contesta Alexandre Anderson.

Ele fez críticas à gestão do PPDDH. “Estamos aqui largados no hotel. Ficar aqui não é uma maravilha. As filhas da minha companheira estão em Mauá, longe da mãe. Fomos chamados pelo Conselho Tutelar para explicar as faltas das crianças na escola e quase fomos autuados por isso. O programa não deu qualquer parecer para justificarmos as faltas das meninas na escola. Estou há mais de 40 dias num quarto de hotel. Me sinto um prisioneiro. Estou longe de tudo que amo: minha casa, meus filhos e minha luta”.

O secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, em reunião no dia 28 de agosto com Alexandre Anderson e a SEASDH, garantiu que os policiais com treinamento para proteção de defensores de direitos humanos que faziam a escolta de Alexandre, seriam realocados no Batalhão de Magé. Porém, em 18 de setembro, a situação não tinha ainda sido resolvida.

Foi a partir da mudança dos policiais para proteção de Alexandre Anderson, feita em 1º de agosto, logo após a realização de audiência pública na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pela Comissão da Pesca, que as ameaças ao pescador e a outros membros da Ahomar foram intensificadas. Na ocasião, Alexandre foi informado da troca dos policiais pelos próprios por telefone.

Foi essa troca da escolta do defensor sem prévio aviso da Secretaria de Segurança Pública à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, o motivo que fez a gestão do PPDDH resolver retirar Alexandre Anderson do município de Magé por questões de segurança. Segundo o pescador, há a suspeita de cooptação de policiais da região por grupos armados.

As críticas ao Ministério da Pesca

Fotos: Tatiana Lima

O Ministério da Pesca foi duramente criticado pelos pescadores da região de Magé, na audiência pública na Câmara Municipal do Rio, em 1º de agosto. O órgão foi convidado para participar e se pronunciar sobre a morte dos pescadores e a fiscalização na Baía de Guanabara. O ministro Marcelo Crivella não compareceu à sessão e enviou um funcionário da Secretária Estadual da Pesca para substituí-lo.

O ministro tem conhecimento da condição de risco à pesca na baía por causa da atuação de grupos armados na Baía de Guanabara. Para garantir a segurança dos trabalhadores, Crivella à época disse que disponibilizaria duas lanchas para monitorar a Baía de Guanabara, além de viabilizar a criação de um disque-denúncia.

Segundo a assessoria do Ministério da Pesca, o serviço já foi efetivado e funciona 24 horas. O objetivo é servir para os pescadores denunciarem possíveis atos de violência e práticas da pesca ilegal. Ainda quatro lanchas percorrem diariamente a baía. As embarcações são operadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), em parceria com o governo federal.

O QUE DIZ A PETROBRAS

Em resposta enviada por Rejane Freitas, da Comunicação Institucional/Gerência de Relacionamento da Petrobras, por e-mail, em 18 de setembro, a Petrobras negou estar em conflitos com os pescadores artesanais. A companhia informou que a Ahomar foi convidada pela área de Responsabilidade Social da empresa para reunião no último mês de julho. Porém, a entidade teria condicionado a realização do encontro ao atendimento de uma pauta de reivindicações que envolvem questões que aguardam apreciação judicial.

Especificamente sobre o protesto realizado em frente à sede da empresa no Rio, no dia 1º de agosto, a Petrobras informa que “a Ahomar solicitou protocolar um documento na sede da Companhia, o que foi autorizado” e reforçou que está aberta ao diálogo com os líderes das entidades representativas de pescadores e das comunidades do entorno de seus empreendimentos.



Após a audiência pública na Câmara Municipal do Rio, pescadores tomaram as ruas do Centro em protesto



Ativista critica o BNDES e a Petrobras

A Petrobras afirma ter optado pela implantação de um píer na Praia da Beira, em São Gonçalo, com uma via de acesso terrestre ligando-o ao Comperj para fazer o transporte de equipamentos ao Comperj. De acordo com a empresa, a licença de Instalação (LI) do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) foi concedida e os contratos para execução já foram assinados. Porém, em função do cronograma de implantação do Comperj, opções temporárias para entrega de alguns equipamentos estariam sendo analisadas. Dentre elas, o transporte fluvial pelo Rio Guaxindiba. A Petrobras afirma que as negociações estabelecidas entre a empresa e a Megatrans Trans-

portes são para analisar os aspectos técnicos e ambientais envolvidos na viabilização dessa solução temporária.

A empresa ainda disse que a definição e fiscalização da área de pesca na Baía de Guanabara é atribuição da Capitania dos Portos. Também informa que 471 hectares em áreas internas ao Comperj foram restaurados com plantio de 334 mil mudas.

De acordo com a Companhia, os pescadores foram indenizados no derramamento de óleo ocorrido em 2000, com doação de barcos, currais, redes de pesca e outros utensílios de pesca para reposição dos danificados em decorrência do acidente. Além disso, teriam sido distribuídos cerca de

8 mil cestas básicas para a população da região afetada. Segundo a empresa, a ação da Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (Feperj), reivindicando pagamento de indenizações, é para um número muito superior de pescadores àquele que efetivamente atuava na Baía de Guanabara à época, segundo levantamento realizado pelo Ibama. “O processo está em curso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e ainda não há decisão definitiva”, conclui Rejane Freitas, da Comunicação Institucional/Gerência de Relacionamento da Petrobras. **I**

*Da Redação.



Em frente à Petrobras, os manifestantes reivindicaram a paralisação das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí

O dia em que Hitler pediu moderação

Não acreditei quando me contaram. Um amigo do sindicalismo do Judiciário Federal me disse que havia uma espécie de Santa Aliança, ou um segredo de alcova que não pode ser revelado, que se refere à união do Macarthismo profascista com a extrema esquerda partidária para combater o PT. Efetivamente, por mais que tenha críticas ao PT, foi difícil acreditar que a extrema esquerda pudesse se aliar ou incentivar coisas como os uivos dos lobos das viúvas da Ditadura de 1964. Então, decidi ver e entrar num grupo de “discussão do Judiciário”. Fiquei espantado!

Eu acho a ex-candidata republicana à Presidência dos Estados Unidos Sarah Palin tão de direita e sem noção que, perto dela, Margareth Thatcher pareceria uma perigosa e sofisticada comunista. No entanto, diante dos comentários que eu encontrei, até Ms. Palin ficaria roxa de vergonha. Vamos aos comentários.

1) Pobre tem que morrer de fome. 2) Pobre tem que morrer no ninho. 3) O Bolsa Família foi criado para sustentar um monte de vagabundo que não quer trabalhar. 4) As cotas foram criadas para fazer com que negros incompetentes tomem o lugar dos brancos que passaram, por mérito, na universidade. 5) Os PeTistas e os CUTistas tem que ser expulsos para Cuba. 6) Na verdade, os “socialistas” também. 7) Se vocês gostam de Lugo, vão fazer política no Paraguai. 8) Todo socialista planeja a implantação de uma ditadura bolchevique no Brasil. 9) O comunismo matou 200 milhões de pessoas no mundo. 10) Os comunistas estão nos sindicatos porque Marx mandou no Manual de Comunismo. (Se alguém achar este livro, favor enviar um pra mim!) 11) O Bolsa Família foi criado para sustentar um monte de vagabundo que vota no PT. 12) A Ditadura Militar salvou o Brasil do perigo bolchevique. 13) Chávez é líder de um projeto de bolchevismo internacionalista que tem sede em Cuba e tem em Dilma uma líder destacada e perigosa. 14) O projeto do PT é implantar o bolchevismo no Brasil, em aliança com o MST. (Para isto, o



PT deverá tomar todos os apartamentos dos Jardins. Talvez até precise comer criancinhas também. Só falta avisar ao PT que ele é um partido socialista!) 15) Sangue azul não vota em vermelho. (EsSES devem se considerar da linhagem de Dom Sebastião.) 16) Os comunistas e socialistas foram culpados por todas as ditaduras no mundo. (Mussolini, Franco, Pinochet e Médici eram, no fundo, comunistas e nem desconfiavam.) 17) A monarquia é mais democrática do que o socialismo! (Só não explicaram como seria a eleição do rei.) 18) Na África negra não tem capitalismo, tem um monte de tribo atrasada. (Começo a achar que deviam agradecer aos europeus pelo massacre, colonialismo, tráfico de escravos e guerras fratri-

das – mas isto não é racismo.) 19) O Brasil nunca vai chegar ao nível de civilização da Inglaterra e do Japão. (Devemos agradecer a Cecil Rhodes e seus massacres na África? Devemos agradecer à participação do Japão no Eixo e o massacre dos Manchus?) 20) Todo socialista e comunista é idiota. (E assim o senador estadunidense Joseph Macarthy, de meados do século XX, vai se tornando uma espécie de “Einstein da política neoconservadora”.)

Fiquei tonto com tanto reacionarismo e tive que fazer um descarrego no terreiro de Pai Xeroso, em Caxias. Logo ao chegar, para minha surpresa, já havia uma carta psicografada especialmente para este escriba – e com tradução simultânea.

“Senhor Fulgêncio,

Estamos em dimensões e campos opostos mas, mesmo assim, te escrevo para esclarecimentos. Consegui uma progressão de regime das profundezas do inferno e por isso estou agora no Umbral, com ‘minhas camaradas’ Goebbels e Goehring. ACM também está por aqui. Continuamos purgando. Em alguns milhões de anos talvez saíamos daqui. Esta mensagem é apenas para propor moderação ao pessoal da lista de discussão do Judiciário Federal no Facebook e dizer que não somos responsáveis por nenhuma obsessão nem possessão demoníaca que por desventura os faça escrever tanta bobagem.

Assinado
Adolph Hitler”

Fulgêncio é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

NADA A TEMER!
SÃO SÓ AS
CHARGES DE
MAOMÉ...



LATUFI
2012

CURSO

A EUROPA NA IDADE MÉDIA E OS FUNDAMENTOS DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Todas as quartas-feiras, a partir de 26 de setembro, às 19h
no Sisejufe, av. Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – RJ

Objetivo principal do curso

Discutir aspectos da sociedade medieval destacando como interação para a formação da civilização ocidental

Investimento único

Servidores filiados ao Sisejufe, sindicatos cutistas e membros da Ordem Franciscana Secular (OFS): R\$ 30.
Para os demais interessados: R\$ 50
Inscrições e informações: formacao@sisejufe.org.br

CONHEÇA OS PROFESSORES

Maria Valdiza – Doutoranda no Programa de História comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Especialista em História do Brasil Pós-1930 pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atua na área de História Medieval, enfatizando o estudo de história comparada e estudos de gênero. É professora de História do Ensino Fundamental e Médio da rede pública e particular de ensino.

Jefferson Eduardo dos Santos Machado – Doutorando no Programa de História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Professor Assistente e ministra as disciplinas de História Medieval na Graduação e Fontes Históricas na Pós-graduação do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos.

Guilherme Antunes Jr. – Graduado em História pela UFRJ. Mestre em História Comparada pela UFRJ. Tendo defendido a dissertação: "A mariologia medieval: análise comparada do poema *Duelo de la Virgen de Gonzalo de Berceo* e do sermão de *Aquaeductu de Bernardo de Claraval*", em 2010.

Doutorando em História Comparada pela UFRJ com a tese: "Gênero e mariologias medievais: análise comparada das obras *Duelo de la Virgen de Gonzalo de Berceo*, *Liber Mariae de Gil de Zamora* e as *Cantigas de Santa Maria de Alfonso X*." Professor de Teoria e Metodologia da Universidade Gama Filho desde 2009. Membro colaborador do Programa de Estudos Medievais da UFRJ.

Paulo Duarte – Possui Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada pela mesma instituição (2009). Ingressou no Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Comparada em 2011. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: Episcopado, Produção Intelectual, Sermões e Pregação, Páscoa e Calendário Litúrgico. Atuou como Professor substituto em História Medieval pela UFRJ em 2010.

26 de setembro – Idade Média, idade das trevas?

A construção do conceito de Idade Média. Delimitação espacial e cronológica. As reminiscências medievais e a medievalidade. **Palestrante – Maria Valdiza**

3 de outubro – Agostinho e Isidoro de Sevilha: os fundamentos do pensamento medieval ocidental

A trajetória e produção literária de Agostinho e Isidoro. O diálogo entre a cultura clássica, o cristianismo e a sociedade medieval nascente. O pensamento medieval. **Palestrante – Paulo Duarte**

10 de outubro – A cristianização do Ocidente nos séculos iniciais do medieval

O cristianismo no início do medieval. A organização institucional da igreja. Os conflitos entre as diversas interpretações sobre a fé cristã e a construção da hegemonia. **Palestrante – Paulo Duarte**

17 de outubro – De S. Bento a S. Bernardo: o monasticismo no Ocidente medieval

O ascetismo. A vida monarca. As principais correntes da espiritualidade monástica do Ocidente medieval. **Palestrante – Guilherme Antunes Jr.**

24 de outubro – Carlos Magno e a renovatio imperii

O Império Carolíngio e seu impacto na organização eclesiástica e na cultura. **Palestrante – Paulo Duarte**

31 de outubro – A Europa feudal

As relações feudo-vassálicas e o ocidente medieval. As três ordens: a legitimação das diferenças. **Palestrante – Guilherme Antunes Jr.**

7 de novembro – As transformações socioeconômicas da Idade Média central

O crescimento demográfico. As comunas. A expansão comercial. **Palestrante – Maria Valdiza**

14 de novembro – As escolas urbanas e a circulação dos textos clássicos e árabes no Ocidente

As escolas das catedrais e as universidades. As traduções. Mudanças e conflitos intelectuais. **Palestrante – Guilherme Antunes Jr.**

21 de novembro – A Igreja Romana como cabeça da Cristandade ocidental

A institucionalização da igreja e reconhecimento da autoridade papal. A imposição de normas e os conflitos com as diferentes instâncias políticas. **Palestrante – Maria Valdiza**

28 de novembro – As novas ordens religiosas e o combate do outro: as cruzadas e a Inquisição

As ordens militares e mendicantes. As cruzadas. O combate à heresia. **Palestrante – Jefferson Eduardo dos Santos Machado**

5 de dezembro – A reação folclórica: as manifestações culturais laicas

A reação folclórica. Manifestações da cultura laica: o amor cortês, os romances de cavalaria, a épica etc. **Palestrante – Jefferson Eduardo dos Santos Machado**

12 de dezembro – As transformações da Baixa Idade Média

A trilogia das desgraças: peste, guerras e fome. O Humanismo e o Renascimento. O prenúncio de uma nova época. **Palestrante – Jefferson Eduardo dos Santos Machado**



Pós-Graduação EAD DIREITO



CONHEÇA ALGUNS CURSOS:

- Direito Administrativo
 - Direito Civil
 - Direito Comercial
 - Direito Constitucional
 - Direito Notarial e Registral
 - Direito Penal e Processual Penal
 - Direito Tributário
- dentre outros.

A SISEJUFE é conveniada ao wPós e oferece aos associados e seus dependentes cursos na melhor instituição de pós-graduação a distância do País.

Torne-se um **especialista** você também.

Parcelas
R\$190,00
a partir de

Vagas Limitadas

Visite o nosso site e faça a sua pré-matrícula.

CONVÊNIO:

SISEJUFE

sisejufe.org.br

AVM
FACULDADE INTEGRADA

AVM: Classificada no Ranking da Revista Exame como uma das MELHORES INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL.

ATENDIMENTO:

(021) 2233-6801

atendimento.rj@wpos.com.br

www.wpos.com.br